

0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA – PPGAU

Ana Paula Guimarães

**OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO SINAES NA
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO:
UM ESTUDO EM APUCARANA-PR**

Dissertação submetido(a) ao Programa
de Pós Graduação da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de mestre em
Administração Universitária
Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva
Nunes

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guimarães, Ana Paula
Os parâmetros de avaliação do EIMBES na percepção dos
estudantes do curso de graduação em administração : um
estudo em Apucarana - PR / Ana Paula Guimarães ;
orientador, Rogério da Silva Nunes - Florianópolis, SC,
2015.
154 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa
de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Administração Universitária. 2. Administração
Universitária. 3. Avaliação. 4. EIMBES. 5. Educação
Superior. I. Nunes, Rogério da Silva. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Administração Universitária. III. Título.

Ana Paula Guimarães

**OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO SINAES NA
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO:
UM ESTUDO EM APUCARANA-PR**

Este (a) Dissertação foi julgado(a) adequado(a) para obtenção do Título de “mestre”, e aprovad(o)a em sua forma final pelo Programa Mestrado Profissional.

Apucarana, __ de _____ de 2015.

Prof. Pedro Antônio Melo, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.º Dr. Rogério da Silva Nunes (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª Dr.ª Alessandra de Linhares Jacobsen
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Antônio Melo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Raphael Schlickmann
Universidade Estadual de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe, amados mestres, meu esposo, amada mãe e em especial meu eterno e inesquecível pai que nos deixou inesperadamente.

AGRADECIMENTOS

Agradecer ato tão sublime e tão especial. Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado tantas idas e vindas todas em total segurança. Agradeço também a cada amigo da turma. Todos me acolheram com os braços abertos. Em especial ao Carleno que esteve comigo todos os momentos do curso. A Andressa que carinhosamente me recebeu no seu lar. A Márcia que nunca mediu esforços para me apoiar. Turma que para sempre será lembrada e que me consolaram num momento mais difícil da minha vida pessoal todas as palavras de carinho estão gravadas em meu coração.

Agradeço ainda a cada mestre que tivemos contatos que sem medir esforços transmitiram seus conhecimentos e compartilharam dicas valiosas que levaremos para sempre conosco. Com certeza faltam palavras para agradecer. Doutor João Benjamim da Cruz Júnior sua personalidade tão forte e tão marcante só poderia nos deixar mais fortes para prosseguirmos na caminhada. Doutor Pedro Antônio de Melo que com garra e muito dedicação coordenou o nosso curso fazendo a diferença na nossa turma. Acabou levando quase todos para a Argentina querida. Mais uma vez, obrigada por todo incentivo. Doutora Carla Cristina Dutra Búrigo e seus enigmas quanta sabedoria transmitida em cada aula. E quanto amor presenciamos no ensino do Doutor Marcos Baptista Lopez Dalmau. Carinhosamente agradeço ao meu mestre e companheiro de jornada meu querido orientador Doutor Rogério da Silva Nunes que mais do que ninguém acompanhou toda minha jornada. Tantos acontecimentos ocorridos ao longo do caminho e que em

nenhum momento me deixou desamparada e sem rumo. E principalmente por entender, orientar todas as minhas fragilidades e por me fazer sentir tão valorizada. Professor o meu eterno agradecimento por todos os momentos.

Não poderia deixar de registrar meu carinho e agradecimento para a minha líder inspiradora Livia Guimarães Pacheco por ter proporcionado a possibilidade da realização de mais um sonho na minha vida. Jamais me cansarei de dizer conte comigo sempre! Ao meu irmão e amigo de todas as horas que por muitas vezes levantou-me e disse não desista! Fábio Miquelin você é parte desta conquista! Apoio sempre presente! Muito obrigada amigo por fazer diferença na minha vida! A amiga Rosimeiri Darc Cardoso suporte precioso, quantos conselhos valiosos que serão levados eternamente! Você foi sem dúvida quem mais motivou a realização deste mestrado! E a todos meus amados e queridos amigos que estiveram ao meu lado ao longo desta caminhada, o meu carinho e agradecimento.

A FUNPESQ que possibilitou a continuação de todos os estudos e concretização deste marco importante na minha vida.

Aos professores e amigos: Miderson, o estatístico que com muita paciência transmitiu seus conhecimentos e contribuiu para a realização deste trabalho. Jesuel pela sua parceria e contribuição! O meu carinho e agradecimento!

E por último e não menos importante registro os meus agradecimentos a minha base, fortaleza, fonte inesgotável do amor. A minha família. Primeiramente a minha guerreira, exemplo de força, superação, minha fortaleza que peço a Deus que há deixe muito tempo comigo, minha amada “mamãe” obrigada por sempre estar do meu lado!

Ao meu marido Emerson Ferreira Costa que em todos os momentos me apoiou, sem cobranças, incondicionalmente sempre do meu lado! Obrigada meu eterno namorado! E por ironia do destino quisera Deus que em dezembro de 2013 um infarto fulminante levasse aquele que sempre foi o motivo para minhas conquistas, que sempre fora o espelho dos meus olhos e que infelizmente não estará presente no dia da minha banca, mas, com certeza estará sempre presente no meu coração e na minha vida. Pois sou o reflexo do que aprendi ao seu lado. Como agradecer tanto amor recebido, tanto incentivo, só tenho a agradecer a Deus por ter me proporcionado vir num lar especial com um super pai. Um pai amoroso, companheiro de todas as horas, por isso a saudade sufoca e machuca tanto. Este mestrado é dedicado ao meu eterno pai Joao Batista Guimarães que não mediu esforços para que eu pudesse viajar todas as semanas, que como sempre lutou para que sua filhinha realizasse mais um sonho! Te amarei eternamente e para sempre serei grata!

A minha preocupação não está em ser coerente com as minhas afirmações anteriores sobre determinada problema, mas em ser coerente com a verdade.

(Mahatma Ghandi)

GUIMARÃES, Ana Paula. **Os parâmetros de avaliação do SINAES na percepção dos estudantes do curso de graduação em administração**: um estudo em Apucarana – PR. 154f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária). Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RESUMO

A garantia da qualidade dos cursos de graduação é feita no Brasil a partir de regulação por parte do Estado que deve (1) autorizar seu funcionamento, (2) reconhecê-los oficialmente e (3) renovar seu reconhecimento. Tais processos são definidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A dinamicidade do campo da educação superior se reflete em mudanças nos dispositivos da avaliação, que precisam aprofundar o diálogo com todas as partes envolvidas no processo. Assim, se os formulários de avaliação externa do SINAES trazem critérios de verificação da qualidade dos cursos, as instituições de ensino também não podem se furtar a essa verificação. Ao fazê-lo, precisam estar cientes das transformações nos modelos de ensino e de elementos de qualidade. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a percepção dos estudantes do curso graduação de Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES. Foram aplicados questionários aos estudantes de duas instituições de Apucarana sendo tratados qualitativamente, com o auxílio de instrumentos estatísticos. O instrumento foi dividido nas dimensões corpo docente, organização didático-pedagógica e infraestrutura, tal qual está previsto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os resultados apurados demonstram que, na percepção dos alunos, o Curso de Graduação de Administração das instituições estudadas atende ao disposto nas diretrizes dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior, no tocante aos aspectos didático-pedagógicos, quanto ao corpo docente e infraestrutura.

Palavras-chave: Avaliação. Administração. SINAES.

GUIMARÃES, Ana Paula. **The SINAES assessment parameters in the perception of students in undergraduate degree in administration**: a study in Apucarana - PR. 154f. Dissertation (Master in University Administration). Graduate Program in University Administration, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ABSTRACT

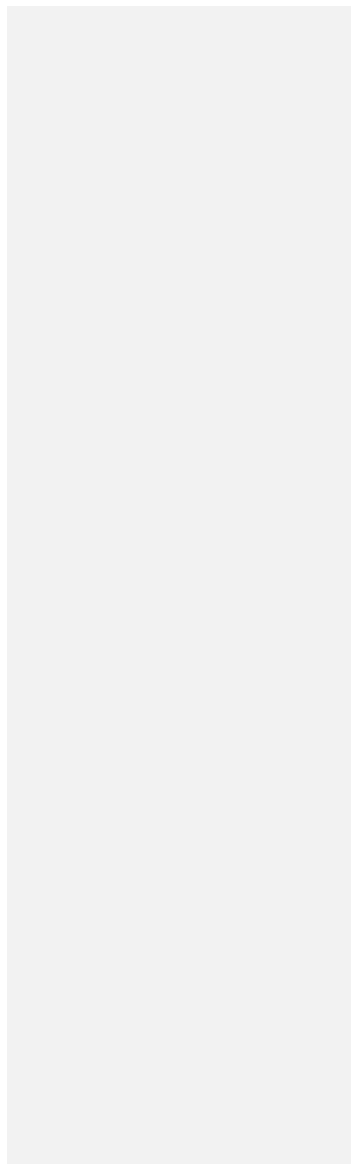
The dynamics of the higher education sector is reflected in changes in the assessment devices, which need further dialogue with all parties involved. Thus, if the forms of external assessment criteria SINAES brings and checks the quality of courses, educational institutions also cannot shirk this check. By doing so, they need to be aware of changes in the models of teaching and quality elements. This dissertation aims to analyze the perception of undergraduate students of Administration with respect to the benchmarks of quality for higher education according SINAES. It is a literature review, a case study with a qualitative and quantitative approach. Questionnaires to students were applied at two institutions in Apucarana-PR that will be dealt quantitatively with the aid of statistical tools. The instrument is divided into the dimensions of teaching, didactic and pedagogic organization and physical plant, as it is foreseen in the National Assessment of Higher Education (SINAES). Subsequently the results by institution will be presented and there will be a quantitative treatment of the instruments that the students with respect to the constructs.

Keywords: Evaluation. Administration. SINAES.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões do SINAES e respectiv os pesos (%).....	37
Quadro 2 – Cinco Eixos.....	38
Quadro 3 – Indicadores considerados no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.....	43
Quadro 4 – Dimensão 2 – Corpo Docente.....	45
Quadro 5 – Dimensão 3 – Infraestrutura.....	46
Quadro 6 - Pesos por dimensão.....	49
Quadro 7 - Requisitos legais.....	49
Quadro 8 - Proposta de dissertação de mestrado do tipo estudo de caso.....	56
Quadro 9 - Técnicas de coleta de dados.....	59
Quadro 10 - Dados das instituições.....	67
Quadro 11 - Cursos autorizados da FAP.....	78
Quadro 12 – Cursos autorizados FECEA / UNESPAR.....	84
Quadro 13 - Sistema de Ensino.....	89
Quadro 14 - Sistema de Ensino entre as instituições.....	90
Quadro 15 - Participação em atividades acadêmicas.....	91
Quadro 16 - Participação em atividades acadêmicas.....	92
Quadro 17 - Organização do Curso	93
Quadro 18 - Organização do curso entre as instituições.....	94
Quadro 19 - Professores.....	95
Quadro 20 - Professores entre as instituições.....	96
Quadro 21 - Coordenação de Curso	97
Quadro 22 - Coordenação de Curso entre as instituições.....	98
Quadro 23 - Direção	99
Quadro 24 - Direção entre as instituições.....	100
Quadro 25 - Suporte Acadêmico/ Técnico.....	100
Quadro 26 - Suporte Acadêmico/Técnico entre as instituições.....	101

Quadro 27 - Instalações Físicas.....	102
Quadro 28 - Instalações físicas entre as instituições.....	103
Quadro 29 - Semelhanças e diferenças entre as duas IES.....	104



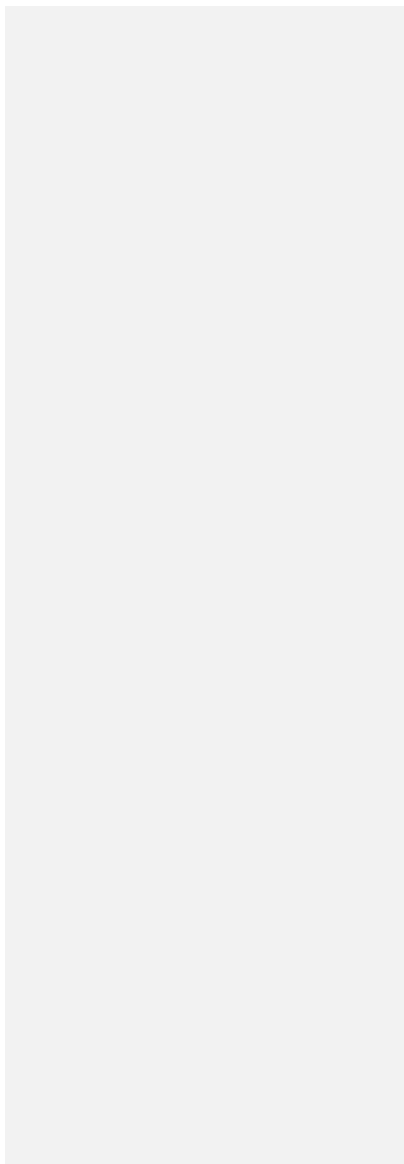
LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Normalizada.....	66
Gráfico 2 – Sistema de ensino.....	90
Gráfico 3 - Participação em Atividades Acadêmicas.....	92
Gráfico 4 - Organização do Curso.....	94
Gráfico 5 – Professores.....	96
Gráfico 6 – Coordenação.....	98
Gráfico 7 – Direção.....	99
Gráfico 8 - Suporte Acadêmico.....	101
Gráfico 9 - Instalações Físicas.....	103

LISTA DE SIGLAS

CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CFA	Conselho Federal de Administração
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRA	Conselho Regional de Administração
CSTs	Curso Superiores de Tecnologia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
EAESP	Escola de Administração de Empresas do Estado de São Paulo
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ESAN	Escola de Administração de Negócios
FAP	Faculdade de Apucarana
FECEA	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NSA	Não se Aplica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TI	Tempo Integral
ONU	Organização das Nações Unidas

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação,
Ciência e Cultura
UNESPAR Universidade do Norte do Estado do Paraná



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	OBJETIVOS.....	19
1.1.1	Objetivo geral.....	19
1.1.2	Objetivos específicos.....	19
1.2	JUSTIFICATIVA.....	20
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	26
2.2	ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	28
2.3	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	30
2.4	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).....	37
2.5	AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.....	40
2.6	DIMENSÕES SINAES PARA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	43
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	53
3.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	57
3.3	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	58
3.4	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	60
3.4.1	Materiais e métodos.....	69
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	73
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	74
4.1	FACULDADE DE APUCARANA.....	74
4.1.1	Organograma.....	79
4.2	FACULDADE ESTADUAL CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA.....	81
4.2.1	Organograma.....	85
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	86
4.3.1	Perfil dos entrevistados.....	87
4.3.2	Análise das dimensões e comparações.....	88

4.3.2.1 Dimensão Organização Didático-Pedagógico.....	88
4.3.2.2 Corpo Docente.....	95
4.3.2.3 Dimensão Infraestrutura.....	100
5 CONCLUSÃO.....	105
5.1 SUGESTÕES DE NOVAS PESQUISAS.....	107
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES.....	115
APÊNDICE A - Instrumento de pesquisa.....	116
APÊNDICE B - Sistema de ensino.....	121
APÊNDICE C - Participação em Atividades Acadêmicas.....	125
APÊNDICE D - Organização do curso	129
APÊNDICE E - Professores.....	134
APÊNDICE F - Coordenações de Curso	138
APÊNDICE G - Direção.....	143
APÊNDICE H - Suporte Acadêmico Técnico.....	146
APÊNDICE I - Instalações físicas.....	147
ANEXOS.....	150
ANEXO A - Relação de Alunos FAP.....	151
ANEXO B - Total de Alunos Matriculados em 2014.....	152
ANEXO C - Linhas de Comando.....	154

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, são apresentados contextualização do tema em estudo, problema de pesquisa, objetivos, tanto o geral quanto os específicos, e a justificativa, considerando-se a importância, originalidade e a viabilidade, bem como a sua estrutura geral.

Apucarana vem crescendo e se destacando como polo importante na área da Educação, conhecida no País como “Cidade Educação”, pela sua visão inovadora e comprometida com o crescimento e desenvolvimento do ser humano. Modelo em educação, Apucarana foi a primeira cidade do Paraná a implantar o “Tempo Integral” nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que o estudante permanece na escola por oito horas consecutivas. Na cidade de Apucarana, existem quatro instituições de ensino superior, duas públicas centradas em cursos nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Sociais Aplicadas e duas instituições particulares, sendo uma com cursos nas áreas de Ciências Humanas, e a Faculdade de Apucarana (FAP), com cursos nas áreas de Humanas, Exatas, Biológicas e Saúde.

O curso de administração das instituições envolvidas propõe-se a desenvolver várias competências pessoais e técnicas, entre as ciências humanas e exatas; e multidisciplinar, com duração de 8 semestres e, entre as disciplinas, estão focadas a gestão de carreira e a formação básica, tais como Matemática, Estatística, Economia, Finanças, Direito, Psicologia, Sociologia, Gestão de pessoas, sendo promovida a habilidade de comunicação em todas as disciplinas. Neste trabalho, estuda-se o ambiente em que se situa o Curso de Administração da FAP, de forte concorrência e pressão pela profissionalização das

empresas, e o Curso de Graduação Pública (UNESPAR/FECEA). Estudos recentes, como o de Maesta (2009), indicam um baixo nível de utilização sobre ferramentas de gestão e, ao mesmo tempo, os empresários expressam a necessidade de investir em capacitação na área gerencial. Antes mesmo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9394/96, as diretrizes da política educacional superior e a credibilidade dos cursos e habilitações estavam vinculadas aos processos de avaliação a serem realizados pelo MEC (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a LDB permitiu a consolidação da avaliação como sustentáculo da educação superior.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fundamentado na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia, da sua efetividade acadêmica e social e, em especial, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

De acordo com a breve trajetória anteriormente delineada, entende-se que o sistema de avaliação proposto pelo SINAES deve ir além de incentivar o ranqueamento das instituições ao ser reconhecida como um indicador de qualidade de ensino desejado por toda a sociedade brasileira. Para tornar a compreensão do tema de forma mais objetiva, optou-se por apresentar, em um primeiro momento, a visão geral de cada aspecto em foco a partir de sua concepção na legislação brasileira e por meio do estudo em fontes de renomados autores e profissionais ligados ao processo avaliativo. A partir dessa visão, são apresentados os procedimentos adotados pelas instituições de ensino do âmbito público e privado.

Mota e Martins (2009) destacam que o SINAES apresenta princípios vinculados ao conceito de “avaliação como processo sistemático e periódico”, já introduzido na LDB nº9394/96. Configurava-se, desta forma, a constituição de uma estratégia que visava à superação do marasmo acadêmico de várias IES, acomodadas em currículos ultrapassados, infraestrutura precária e corpo docente pouco capacitado; o início de um processo contínuo de definição e redefinição de indicadores periódicos de cursos e instituições, por meio da avaliação do corpo docente, projeto pedagógico e infraestrutura; a mobilização da sociedade civil no processo de avaliação já iniciada na instituição das DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais; bem como o fortalecimento dos órgãos do MEC envolvidos no processo de regulação e supervisão, além da formulação de políticas e levantamento necessários para compor os dados estatísticos educacionais.

Para Ristoff e Giolo (2006), “reestruturar a avaliação significou, portanto, construir um sistema, com novos instrumentos”, de modo que se tornasse possível superar a fragmentação, integrar os instrumentos de avaliação, os espaços avaliativos dentro do próprio Ministério da Educação e articular a autoavaliação das instituições com a avaliação externa, em torno de dimensões estabelecidas em lei.

O presente trabalho não pretende exaurir a argumentação sobre o tema proposto, mas sim de suscitar o debate acadêmico e expor a importância de uma construção acadêmica mais epistemológica sobre a avaliação dos cursos superiores. Diante do exposto, apresenta-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a percepção dos estudantes dos Cursos de Graduação em Administração com relação aos**

referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES?

1.1 OBJETIVOS

A definição dos objetivos é uma etapa essencial da pesquisa para que a pergunta norteadora possa ser respondida. Assim, tem-se a definição de seus objetivos geral e específicos para alcançar esse propósito.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a percepção dos estudantes dos Cursos de Graduação em Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES.

1.1.2 Objetivos específicos

- a)** Descrever a percepção dos estudantes quanto ao corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações físicas;
- b)** Analisar a percepção dos estudantes quanto ao aspecto avaliação do curso, comparando os resultados obtidos entre instituição pública e a privada;
- c)** Sugerir alternativas de ações que visem a contribuir com os gestores para a melhoria da qualidade no ensino das instituições estudadas.

1.2 JUSTIFICATIVA

O ensino de Administração no Brasil começou a ganhar contornos mais claros na década de 40, em função da acentuada necessidade de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, a exigência da profissionalização da Administração. Sobre o assunto, Martins (1989, p.23) afirma que:

[...] o desenvolvimento de uma sociedade, até então, basicamente agrária, que passava gradativamente a ter seu pólo dinâmico na industrialização, colocou como problema a formação de pessoal especializado para analisar e planificar as mudanças econômicas que estavam ocorrendo, assim como incentivar a criação de centros de investigação vinculados à análise de temas econômicos e administrativos.

Segundo esta visão, tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, um administrador profissional apto para atender ao processo de industrialização. Tal processo foi se desenvolvendo de forma gradativa, desde a década de 30.

Couvre (1982) também afirma que o ensino de Administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Salienta que sua criação intensificou-se, sobretudo, após a década de 60, com a expansão do ensino superior, no qual se insere o ensino de administração.

Segundo a autora, o processo de desenvolvimento foi marcado por dois momentos históricos distintos: o primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas (1º governo na década de 30/40 e o 2º governo na década de 50), representativo do projeto 'autônomo', de caráter nacionalista; o segundo momento, pelo governo de Juscelino

Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado, caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter internacionalista (COUVRE, 1982). Este último, apresentou-se como um ensaio do modelo de desenvolvimento adotado após 1964.

No contexto do primeiro momento histórico, foi estruturado, em 1941, o primeiro Curso de Administração de Empresas, na Escola de Administração de Negócios – ESAN, da Fundação de Ciências Aplicadas, de São Paulo. Essa primeira experiência foi delineada com base no modelo adotado pelo Curso da *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, em função da excelência de seu currículo, e teve como objetivo central a formação de profissionais para atender à demanda de dirigentes da indústria e do comércio. Logo em seguida, em 1944, foi criada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, com o objetivo de fomentar o ensino das ciências sociais, em particular, nas áreas de administração e economia.

A partir de um convênio firmado com a UNESCO e a ONU, iniciou-se um intercâmbio de especialistas norte-americanos e brasileiros, que possibilitou a fundação da Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, no Rio de Janeiro, em 1952, e da Escola de Administração de Empresas do Estado de São Paulo - EAESP, em 1955.

Na Universidade de São Paulo – USP, o Curso de Administração de Empresas foi instituído apenas em 1964, apesar de a Cadeira de Ciência da Administração juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FECEA) e o Instituto de Administração terem sido criados em 1946.

Para Martins (1989), o surgimento da Fundação Getúlio Vargas - FGV e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país.

Na Universidade de Brasília, o Curso de Administração foi criado em junho de 1969, pelo Decreto n.º 64.745. Sensíveis à demanda do mercado de trabalho, as Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, com celeridade, incorporaram a graduação em Administração à sua programação de ensino. Hoje, os Cursos de Administração são ministrados por inúmeras IES, em todas as regiões do país e em cidades de grande e médio porte. E, à medida que o ensino de graduação se firmou, criaram-se programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, hoje já bastante numerosos e em funcionamento em todas as regiões do país.

O Curso de Bacharelado em Administração agrega o maior número de estudantes matriculados no ensino superior. Conforme o Censo da Educação Superior elaborado pelo INEP, no ano de 2012, encontravam-se matriculados 833.042 estudantes nos cursos que formam futuros Administradores, os quais representam 12% do universo de estudantes matriculados em Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras (BRASIL, 2012).

Os números apontam que a demanda para os cursos de Administração está em pleno crescimento, avançando em igual sentido a procura por profissionais de Administração, realidade pela “Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador, desenvolvida pelo Sistema CFA/CRAs, em 2011, e

publicada em 2012, que apresenta as tendências do mercado de trabalho, levando em consideração a concepção dos administradores, dos empregadores e dos professores.

Existem hoje, no Brasil, 1.554 cursos de Administração, segundo o Ministério da Educação - MEC - (BRASIL, 2012), sendo que, desse total, 672 (43,2%) obtiveram o conceito 3 no Enade 2012. O número é maior que a soma dos cursos nas faixas 4 e 5 (311) e também nas 2 e 1 (557). Outros 14 cursos não obtiveram conceito, por não terem atingido volume suficiente de comparecimento de estudantes às provas. Espera-se, portanto, que o trabalho contribua para uma discussão da avaliação da educação superior no Brasil.

Tendo em vista a atuação profissional em instituições de ensino pública e privada, a atual pesquisadora despertou o interesse em buscar respostas a certos questionamentos, sobretudo quanto a haver, ou não, diferença significativa sob a ótica dos estudantes destas instituições de ensino. Visando atender aos critérios atualmente estabelecidos pelo MEC, o foco se deu na garantia da qualidade dos cursos de graduação é feita no Brasil a partir de regulação por parte do Estado que deve (1) autorizar seu funcionamento, (2) reconhecê-los oficialmente e (3) renovar seu reconhecimento. Tais processos são definidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A dinamicidade do campo da educação superior reflete-se em mudanças nos dispositivos da avaliação que precisam aprofundar o diálogo com todas as partes envolvidas no processo. Assim, se os formulários de avaliação externa do SINAES trazem critérios de verificação da qualidade dos cursos, as instituições de ensino também não podem

furtar-se a essa verificação. Ao fazê-lo, precisam estar cientes das transformações nos modelos de ensino e de elementos de qualidade.

Este trabalho foi realizado em duas instituições de ensino de Apucarana, sendo uma privada e a outra pública. Busca-se, assim, alinhar este trabalho de pesquisa à prática profissional como meio de se obterem indicadores para que gestores universitários, especialmente do universo investigado, pudessem melhorar aspectos do ensino, bem como a aplicação dos recursos disponibilizados, acreditando-se que por meio desta pesquisa fossem encontradas muitas respostas. E com certeza valeu a pena.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa, com o objetivo de facilitar a exposição dos fatos levantados e a compreensão dos leitores, está dividida em cinco capítulos.

O primeiro deles é a introdução, onde se faz uma contextualização do assunto a ser tratado, a apresentação dos objetivos a serem alcançados, a justificativa da escolha do tema e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, é feito o levantamento teórico sobre os temas de administração universitária, avaliação de cursos superiores, SINAES e avaliação dos cursos de graduação de administração.

No terceiro, é apresentada a metodologia do trabalho, onde são especificados detalhes, tais como: a caracterização e tipo de estudo, sujeitos da pesquisa, a coleta de dados, análise de dados e as limitações da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, passando a apresentação da história, perfil e estrutura organizacional das instituições de ensino em estudo.

Já, o quinto faz menção às considerações finais, considerando-se a exposição dos objetivos propostos e como os mesmos foram alcançados e as recomendações para trabalhos futuros sobre o tema.

A dissertação finaliza-se com as referências, seguidas dos apêndices e anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados os conceitos referentes ao tema deste trabalho, com o objetivo de desenvolver o presente estudo, por meio de literatura especializada, e que está organizado de acordo com os seguintes tópicos:

- a) Ensino superior no Brasil;
- b) Administração universitária;
- c) Processo de avaliação institucional;
- d) SINAES; e
- e) Avaliação curso de graduação de administração.

2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Mendonça (2000), ao longo dos anos 50/60, vislumbrou-se no Brasil uma mudança gradativa na configuração do setor privado de ensino superior no que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos que o compõe. Em um primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas integradas, mediante processos de fusão de escolas isoladas ou de incorporação de um ou mais estabelecimentos.

No ano de 1954, o Brasil contava com 16 universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e 11 mantidas pelos governos federal e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964, foram criadas mais 21 universidades, sendo cinco católicas e 16 estaduais.

Nesse período, ocorre o processo de federalização do ensino superior (CUNHA, 1980).

No período subsequente, a crise econômica da “Década Perdida”, caracterizada pelo elevado endividamento externo do país e pelas incertezas criadas pelos altos índices de inflação, refletiu no ensino superior.

No início dos anos 90, pautado no discurso de modernização defendido pelo presidente Collor de Mello, coube às instituições de ensino superior a formação de recursos humanos demandados por um mercado que emergia diante da inserção do Brasil na economia globalizada.

O diagnóstico do Ministério da Educação naquela época identificava que o ensino superior vinha apresentando várias distorções desde a década de 1960. Um delas foi em decorrência da rápida expansão, que, por sua vez, não teve como contrapartida a qualidade. O principal foco de desequilíbrio estaria no setor privado, na medida em que este possuía estrutura frágil no que tange à qualificação do corpo docente, o que inviabilizava o atendimento de massa aliado à qualidade.

Em 1996, a Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - introduziu o processo regular de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado nesta avaliação (BRASIL, 1996). Além disso, a LDB estabeleceu os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades.

A partir de um ano da publicação da LDB, instituiu-se no país a “Década da Educação”, a partir de quando a União define diretrizes e

metas para os dez anos seguintes, visando matricular todos os educandos a partir dos sete anos, promover cursos presenciais ou à distância e qualificar os docentes.

2.2 ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A gestão consiste em um conjunto de condições e de meios utilizados para assegurar o bom funcionamento dos cursos oferecidos em uma IES, além de procedimentos para atingir os objetivos da instituição. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p.318), “a gestão é uma atividade pela qual são mobilizados dos meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”.

Pode-se dizer que o conceito de gestão universitária dever ser entendido como algo mais amplo do que a implantação de ações de planejamento, ou qualquer outra forma tradicional de gestão. Os aspectos gerenciais englobam um conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional e ações. Já, os aspectos administrativos referem-se ao uso de recursos humanos, materiais e financeiros. Ademais, cabe destacar que a gestão está baseada no desenvolvimento de funções administrativas específicas de planejar, organizar, dirigir e avaliar dentro de um sistema organizacional. E, mais precisamente, a

gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições

para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (LÜCK, 2006, p. 111).

Ressalta-se a importância da participação consciente dos envolvidos no processo e nas decisões sobre orientação, organização e planejamento dentro do contexto estudante.

Neste sentido, Melo (2002, p.295) compreende que:

a universidade precisa criar mecanismos de capacitação de dirigentes que tenham formação específica na área de gestão universitária, e que sejam preparados para gerenciar um sistema moderno de interação com a sociedade e seus diversos setores, entre eles o empresarial. Dirigentes que saibam administrar e conviver com os entraves burocráticos próprios da administração pública, mas que sejam capazes de ser e fazer pensar, criativo a equipe. [...] que tenham uma visão ampla das novas competências requeridas pela sociedade e pela universidade, ou seja, que consigam rapidamente por meio de uma demanda constituída, identificar os grupos, laboratórios e indivíduos capazes de responder e atender as necessidades sociais requeridas.

Acredita-se que, trabalhando-se diretamente com os envolvidos na administração universitária, será possível obter uma melhor qualidade e desenvolvimento do ensino, pois, como recorda Pereira (2003), os agentes envolvidos com as IES esperam serviços de qualidade. Nestas condições, os educadores devem olhar além da sala de aula quando dizem que a Instituição tem qualidade. Para isso, é necessário que a

Instituição proporcione, além da aula, melhores serviços de apoio ao aluno e lembre que, se os alunos evadirem, o esforço empreendido está comprometido. Neste caso, nada melhor que o instrumento de avaliação porque os alcances desses anseios sejam satisfeitos e que os resultados dos processos estejam ao alcance dessa sociedade (BIAZUS, 2004, p.27).

2.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM IES

O processo de avaliação dos cursos de graduação no Brasil foi institucionalizado nos anos 90, marcado pelo crescimento político das orientações neoliberais de Estado. Após a reforma universitária de 1968, as universidades públicas passaram a contribuir para a modernização do país por meio do desenvolvimento tecnológico promovido pelas pesquisas. Neste contexto em que a avaliação institucional foi introduzida, à revelia da comunidade acadêmica, com a finalidade de alocação de recursos financeiros e concessão de bolsas de estudo.

A partir de então, vários programas de avaliação institucional foram criados, como o PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária (1983-1984), voltado para a administração universitária, produção e disseminação do conhecimento; o GERES – Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior. Em 1993, surgiu o PAIUB – Programa de Avaliação das Instituições Universitárias Brasileiras – que realizava uma avaliação sistemática, global, levando em consideração a missão ou o projeto filosófico e pedagógico da instituição, sem perder de vista a avaliação interna e externa. Contudo, o

programa sofreu duras críticas e foi desativado, em 2002, pelo Decreto nº 3.860.

Considerando as experiências anteriores, o Governo lançou, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004), fundamentado na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia, da sua efetividade acadêmica e social e, em especial, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. (CARDOSO; SILVA, 2010).

De acordo com a LDB, a educação nacional compõe-se de: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior. A educação superior tem sua apresentação no capítulo V, “Da educação Superior”, art.43 a 57. Pode-se observar que existe coerência entre a CF/88 e as determinações da LDB/96, ficando as instituições de Educação Superior privadas sujeitas aos procedimentos indicados pelos órgãos constituídos. A atual LDB oferece às escolas as bases filosóficas, conceituais, políticas e metodológicas que devem orientar a elaboração dos projetos pedagógicos. A LDB visa à formação de profissionais que possam vir a ser críticos, reflexivos, dinâmicos, ativos, diante das demandas do mercado de trabalho, apto a aprender a aprender, a assumir os direitos de liberdade e cidadania, enfim, compreender as tendências do mundo atual e as necessidades de desenvolvimento do país. A LDB trouxe novas responsabilidades para as Instituições de Educação Superior, docentes, discentes e sociedade, pois permitiu a formação de diferentes perfis profissionais a partir da vocação de cada curso/escola, esperando melhor adaptação ao mercado

de trabalho, já que as instituições de ensino passaram a ter liberdade para definir parte considerável de seus currículos plenos. Por isto, a nova LDB (9.394/96) teria de firmar diretrizes básicas para esse novo desafio, promovendo a flexibilização na elaboração dos currículos dos cursos de graduação, retirando-lhes as amarras da concentração, da inflexibilidade dos currículos mínimos profissionalizantes nacionais, que foram substituídos por “Diretrizes Curriculares Nacionais”. Tudo condizente com o PNE – Plano Nacional de Educação visando atender as estratégias SINAES, ENADE e principalmente garantir a qualidade no ensino.

Mota e Martins (2009) destacam que o SINAES apresenta princípios vinculados ao conceito de “avaliação como processo sistemático e periódico”, já introduzido na LDB nº9394/96.

Reestruturar a avaliação, segundo Ristoff e Giolo (2006), representou construir um sistema, com novos instrumentos, capaz de superar a fragmentação, integrar os instrumentos de avaliação, os espaços avaliativos dentro do próprio Ministério da Educação e articular a autoavaliação das instituições com a avaliação externa, em torno de dimensões estabelecidas em lei. Tal processo tornou-se ainda mais amplo, ao integrar ainda os instrumentos de avaliação com os de informação, como: Censo da Educação Superior; Cadastro Nacional de Docentes; plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Cadastro de Instituições e Cursos; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições, bem como outras bases de dados do Inep e de outros do Governo passaram a compor o processo avaliativo. (RISTOFF; GIOLO, 2006).

Assim, tem-se a justificativa da conjunção das modalidades de avaliação que compõem o SINAES: a autoavaliação realizada internamente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); a avaliação externa realizada pela Comissão de avaliação in loco; e a avaliação do desempenho dos acadêmicos, o Enade. Garante-se, desta forma, uma visão sistêmica e mais adequada das instituições e dos cursos, sem contar o aspecto temporal, visto que este conjunto de avaliação acontece por ciclos, com intervalo de 3 anos, com previsão neste intervalo de amplo debate dos resultados com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Autoavaliar-se não é uma tarefa simples e exige de todas as partes envolvidas: professores, funcionários e gestores das instituições de ensino uma compreensão de todo o processo e uma análise crítica dos dados obtidos com estas avaliações para que sirvam de parâmetros para o processo de tomada de decisões. Neste sentido, sairá ganhando a instituição que souber tratar os resultados de maneira qualitativa visando valorizar o processo avaliativo e orientar o andamento da prestação de serviço garantindo, assim, os parâmetros de qualidade.

Desta forma, os processos de avaliação do sistema educacional, tendo em vista a melhoria da qualidade, não podem se restringir o desempenho dos acadêmicos apenas no desempenho em uma prova, todos os processos devem ser considerados bem como as análises realizadas por seus gestores.

A função emancipatória do processo avaliativo proposto pelo SINAES está centrada na busca pelo desenvolvimento da instituição, visto que pode ser entendida como uma avaliação formativa,

participativa, de efetividade social e científica, tendo como fim a compreensão e o desenvolvimento da qualidade institucional.

Segundo Fonseca, Oliveira e Amaral (2008, p.32-33), tem-se como dimensões fundamentais apontadas no estudo sobre a avaliação da educação superior no Brasil:

Os objetivos e valores desenvolvidos pelos sistemas/programas de avaliação; a ampliação do poder de regulação do Estado sobre as Instituições de Ensino Superior - IES (autonomia X subordinação); os novos processos de administração universitária da organização do trabalho docente e de formação, sendo o papel da avaliação, nesse contexto, o de explicitar o padrão de gestão educacional e de produção de trabalho acadêmico, e mediação entre demandas sociais e ajustes estruturais do ensino superior; avaliar os mecanismos e/ou instrumentos de avaliação (instrumentos e coleta de dados não são neutros, refletem a intencionalidade da proposta de avaliação); estabelecer/desenvolver reflexão sobre a natureza do trabalho do ensino superior; e cuidados com os efeitos do processo de avaliação.

Tão importante como o processo de avaliação é o tratamento dado aos resultados levantados. Neste sentido, considera-se a avaliação como elemento positivo quando orientada qualitativamente para valorizar o processo realizado pela própria IES a fim de redimensionar o ensino. Contudo, a avaliação pode ser considerada negativa quando se orienta quantitativamente apenas, marcada pela competição, discriminação com o intuito somente de regulação. Neste caso, entende-se que há um retrocesso, o que contraria todas as expectativas da comunidade acadêmica, que espera poder discutir os resultados e buscar a qualidade no ensino tão desejada.

Entende-se que a avaliação institucional que atenda às características da emancipação, da participação, do coletivo, embora não garanta por si só, deve contribuir para o rompimento de uma cultura avaliativa que atribui aos resultados a função da classificação, e promova a reflexão e o diálogo a respeito das necessidades da instituição para melhorar a qualidade da educação oferecida à sociedade.

Desta forma, os processos de avaliação do sistema educacional, tendo em vista a melhoria da qualidade, não podem desconsiderar seu pertencimento ao coletivo da instituição, razão pela qual todos devem ser protagonistas desse processo. Só assim, ele não se restringirá ao desempenho dos estudantes medido em uma prova, nem apenas aos resultados de sistemas de avaliação externa, ou, ainda, à coleta e divulgação dos dados informados.

A condução da avaliação implica ações que se entrelaçam com vistas à ampliação da compreensão do sentido comum de universidade construído por professores, estudantes e funcionários que nela atuam, sem perder de vista a diversidade e especificidades das diferentes ações desencadeadas pela instituição. Significa captar o igual, o que une a universidade, evidenciando o diferente, o que a separa e a divide, e também a diversifica.

A este respeito, Jacobsen (1996) assevera que a Avaliação Institucional objetiva, além de atender as demandas da sociedade, resguardar o apropriado emprego dos recursos, bem como melhorar a questão da qualidade nas instituições.

Do ponto de vista de Dias Sobrinho (2002), a compreensão da universidade passa pela construção intelectual e coletiva do conhecimento das suas diversas partes, bem como da interpretação e

integração dos seus diversos e contraditórios sentidos, considerando-se não somente as dimensões internas da instituição, mas as suas relações com o universal da ciência e dos valores, os quais não se separam do local, da comunidade, dos entornos mais próximos, do relativo e até mesmo do que é passageiro. É nesse contexto de compreensão do que é peculiar a cada instituição que se constrói o diálogo entre seus representantes, constituindo-se como instituição única, particular.

Ainda de acordo com o autor anteriormente mencionado (DIAS SOBRINHO, 2002), a avaliação institucional estrutura-se a partir da busca constante pela consolidação de um sistema autônomo e que evidencie a convergência processual vinculada ao fortalecimento dos compromissos sociais da instituição, sobretudo em seus aspectos direcionado ao aprendizado, respeito à identidade institucional e ao contexto no qual a instituição está inserida.

2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atualmente em vigor, instituído pela Lei 10.861/2004, tem como finalidade promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão de sua oferta e a efetividade acadêmica e social (BRASIL, 2004).

Assim, o MEC passou a utilizar o SINAES como um instrumento de avaliação da qualidade do Ensino Superior no país. Verifica-se, assim, três modalidades de instrumentos que devem ser aplicados em diferentes momentos, quais sejam:

- a) Avaliação das Instituições de Educação Superior;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação;
- c) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Neste sentido, a IES deve estar atenta e totalmente disposta a promover os ajustes necessários à adequação do cenário avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, redimensionando suas ações e atitudes no processo de construção de sua missão institucional.

O artigo 3º da Lei 10.861 trata do instrumento de Avaliação Institucional, quando da avaliação das Instituições de Educação Superior e com objetivo de identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio das dimensões dispostas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Dimensões do SINAES e respectivos pesos (%)

Dimensão	Peso
1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	5
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão	35
3. Responsabilidade social da IES	5
4. Comunicação com a sociedade	5
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo	20

6. Organização de gestão da IES	5
7. Infraestrutura física	10
8. Planejamento de avaliação	5
9. Políticas de atendimento aos estudantes	5
10. Sustentabilidade financeira	5

Fonte: Brasil (2004).

Após a nota técnica nº 14/2014 as dimensões foram concentradas em cinco eixos:

Quadro 2 – Cinco eixos

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação	Contempla as dimensões: 1. Missão e PDI 3. Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: 2. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) Políticas de Atendimento aos Discentes	Compreende as Dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla: (7) Infraestrutura Física

Fonte: Nota Técnica nº 14/2014 –CGACGIES/DAES/INEP/MEC

O SINAES (BRASIL, 2007) possui, ainda, os seguintes princípios fundamentais:

- a) Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- b) Reconhecimento da diversidade do sistema;
- c) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- d) Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e continuidade do processo avaliativo.

A coordenação e a supervisão do SINAES são de competência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado que tem como função estabelecer parâmetros e diretrizes para sua implantação (BRASIL, 2007). A responsabilidade de execução e de operacionalização é do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2004). Já, a avaliação dos cursos será feita com base em três dimensões, a saber:

- a) Organização Didático-Pedagógica;
- b) Perfil do Corpo Docente;
- c) Instalações físicas.

A avaliação dos estudantes, por meio do ENADE, é aplicada periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A avaliação será expressa por meio de conceitos, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2004).

2.5 AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

A estruturação do Curso de Administração está fundamentada primeiramente nas Diretrizes Curriculares de cursos da área de Administração que propõe uma estrutura curricular abstrata, organizada de tal forma que as Instituições de Ensino Superior possam, a partir dessa estrutura, exercer a criatividade e conceber currículos plenos diversificados. Além das diretrizes curriculares, destaca-se:

- a) PARECER CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo;
- b) PARECER CNE/CES nº 134, de 4 de junho de 2003 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado;
- c) RESOLUÇÃO CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências;
- d) RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 - publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências, além de revogar a Resolução CFE nº 2, de 04/10/1993 e a Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004;

Código de campo alterado

Código de campo alterado

- e) RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (BRASIL, 2007).

Conduzido pelo INEP, o sistema de avaliação externa de cursos superiores no Brasil, baseia-se no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância vigente desde fevereiro de 2012. No âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação, fica previsto que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de graduação passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

As finalidades da avaliação referem-se ao que dispõe a Lei nº. 10.861: “Art. 1º §1 [...] a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES”(BRASIL, 2004).

A Lei nº 9394/96 – LDB, que fundamenta a avaliação das políticas de ensino de IES e cursos de graduação, prevê, em seu art. 46, que:

Art. 46 - A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1 - Após um prazo para saneamento de eficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão

temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (BRASIL, 1996).

De acordo com as diretrizes do SINAES, a Avaliação de Curso é o procedimento pelo qual se avalia o ensino ofertado, aferindo, para tanto, a organização didático-pedagógica, o corpo docente e verificando as instalações físicas. Igualmente à avaliação externa, tal avaliação é realizada por comissões designadas pelo Inep, seguindo as diretrizes da CONAES. O ENADE é aplicado com regularidade de três anos dando início ao chamado ciclo avaliativo do SINAES.

De acordo com o instrumento vigente desde fevereiro de 2012, o qual subsidia os atos autorizativos de cursos autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa 40/2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a aplicação dos indicadores desse instrumento dar-se-á exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC. A comissão de avaliadores atribui conceitos de um a cinco, em ordem crescente de excelência, a cada um dos indicadores de cada uma das três dimensões. O referido instrumento é composto, na íntegra, por sessenta e três indicadores. Destes, trinta e sete são considerados na avaliação de cursos de graduação presencial, distribuídos nas três dimensões do instrumento citadas a seguir:

- a) Organização didático-pedagógica: compreende Sistema de Ensino, Participação em Atividades Acadêmicas, Organização do Curso;
- b) Corpo docente: compreende Professores, e Coordenação de Curso;

- c) Infraestrutura: compreende Condições das salas de aula, Suporte Acadêmico/Técnico e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Diante da importância que tais dimensões apresentam para o processo de avaliação institucional de IES no Brasil, elas são mais bem analisadas na sequência.

2.6 DIMENSÕES SINAES PARA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Considerando o instrumento para avaliação de curso de graduação apresentam-se os indicadores no quadro 3, referente à Dimensão 1 - Organização Didático-pedagógica que compreende a avaliação sistema de ensino, participação em atividades acadêmicas e organização do curso.

Quadro 3 - Indicadores considerados no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA
1.1. Contexto educacional
1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3. Objetivos do curso
1.4. Perfil profissional do egresso
1.5. Estrutura curricular(Considerar como critério de análise também a pesquisa e a extensão, caso estejam contempladas no PPC)
1.6. Conteúdos curriculares
1.7. Metodologia
1.8. Estágio curricular supervisionado - NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de estágio supervisionado

1.9. Atividades complementares - NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares

1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC) - NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de TCC

1.11. Apoio ao discente

1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

1.13. Atividades de tutoria - NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004

1.14. Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

1.15. Material didático institucional - NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático institucional no PPC, obrigatório para cursos à distância

1.16. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes - NSA para cursos presenciais que não contemplam mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes no PPC, obrigatório para cursos à distância

1.17. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

1.18. Número de vagas

1.19. Integração com as redes públicas de ensino - Obrigatório para as Licenciaturas, NSA para os demais que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC

1.20. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS - Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS no PPC

1.21. Ensino na área de saúde - Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos

1.22. Atividades práticas de ensino - Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos

Fonte: Brasil (2012).

A Dimensão 2 refere-se ao Corpo Docente que compreende professores e coordenadores. Como segue no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Dimensão 2 – Corpo Docente

Dimensão 2: CORPO DOCENTE
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
2.2. Atuação do (a) coordenador (a)
2.3. Experiência do (a) coordenador (a) do curso em cursos à distância (Indicador específico para cursos à distância)
2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)
2.5. Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso - NSA para cursos à distância, obrigatório para cursos presenciais
2.6. Carga horária de coordenação de curso - NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos à distância
2.7. Titulação do corpo docente do curso – (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.8. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.10. Experiência profissional do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.11. Experiência no exercício da docência na educação básica (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos do curso). Obrigatório para cursos de licenciatura, NSA para os demais
2.12. Experiência de magistério superior do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.13. Relação entre o número de docentes e o número de estudantes. NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos à distância (relação entre o número de docentes e o número de estudantes equivalente 40h em dedicação à EAD)

2.14. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica(para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
2.16. Titulação e formação do corpo de tutores do curso(Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) NSA para cursos presenciais.Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme Portaria 4.059/2004
2.17. Experiência do corpo de tutores em educação à distância(Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)NSA para cursos presenciais.Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme Portaria 4.059/ 2004.
2.18. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante. NSA para cursos presenciais.Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme Portaria 4.059 /2004.
2.19. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos
2.20. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos

Fonte: Brasil (2012).

E a Dimensão 3 do instrumento (quadro 5) refere-se à Infraestrutura da instituição compreendendo as condições das instalações físicas, suporte acadêmico/técnico e tecnologias de informação e comunicação.

Quadro 5 – Dimensão 3 – Infraestrutura

Dimensao 3: INFRAESTRUTURA
3.1. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI(Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se

bacharelados/licenciaturas)
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos
3.3. Sala de professores(Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso
3.4. Salas de aula(Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática(Para fins de autorização, considerar os laboratórios de informática implantados para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
3.6. Bibliografia básica(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular)
3.7. Bibliografia complementar(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
3.8. Periódicos especializados(Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas).
3.9. Laboratórios didáticos especializados: quantidade - NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.
3.10. Laboratórios didáticos especializados: qualidade. NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados.(Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
3.11. Laboratórios didáticos especializados: serviços. NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados(Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o

primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância
3.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas. Obrigatório para cursos de direito (presencial e a distância), NSA para os demais cursos
3.14. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação. Obrigatório para cursos de direito (presencial e a distância), NSA para os demais cursos
3.15. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial no PPC.
3.16. Sistema de referência e contrarreferência. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos
3.17. Biotérios. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam biotério no PPC.
3.18. Laboratórios de ensino. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam laboratórios de ensino no PPC.
3.19. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam laboratórios de habilidades no PPC.
3.20. Protocolos de experimentos. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam protocolos de experimentos no PPC
3.21. Comitê de ética em pesquisa. Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam comitê de ética em pesquisa no PPC

Fonte: Brasil (2012).

Vale ressaltar que o instrumento diferencia os pesos dos indicadores de acordo com o processo que o curso estiver passando como segue no quadro 6:

Quadro 6 - Pesos por dimensão

Dimensão	Autorização de Curso (%)	Reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso (%)
Organização Didático Pedagógica	30	40
Corpo Docente	30	30
Infraestrutura	40	30

Fonte: Brasil (2012).

O curso em avaliação deverá também atender aos seguintes requisitos legais relacionados no Quadro 7:

Quadro 7 - Requisitos legais

	Dispositivo Legal	Explicitação do Dispositivo
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais? NSA para cursos que não têm Diretrizes Curriculares Nacionais.
3	Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	Todo corpo docente tem formação em pós-graduação?
4	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	O NDE atende à normativa pertinente?
5	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006)	A denominação do curso está adequada ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?
6	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de	Desconsiderando a carga horária do estágio profissional supervisionado

	<p>Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002)</p>	<p>e do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, caso estes estejam previstos, o curso possui carga horária igual ou superior ao estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?</p>
7	<p>Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas) Resolução CNE/CP N° 1 /2006 (Pedagogia)</p>	<p>O curso atende à carga horária mínima em horas estabelecidas nas resoluções?</p>
8	<p>Tempo de integralização Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)</p>	<p>O curso atende ao Tempo de Integralização proposto nas resoluções?</p>
9	<p>Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)</p>	<p>A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?</p>
10	<p>Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. N° 5.626/2005)</p>	<p>O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso (obrigatória ou optativa, depende do curso)?</p>

11	Prevalência de avaliação presencial para EaD (Dec. N° 5.622/2005 art. 4 inciso II, § 2)	Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância?
12	Informações acadêmicas (Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e virtual?
13	Políticas de educação ambiental (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002)	Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente?

Fonte: Brasil (2012).

Esses itens (Quadro 7) são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores apenas farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal e normativo por parte da instituição, para que o MEC, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. Sendo analisados no momento da avaliação *in loco* se a instituição atende, não atende ou se os itens não se aplicam ao caso em análise.

Para Dias Sobrinho (2000, p.212), “os juízos de valor da comunidade científica devem ser confrontados com a apreciação crítica da comunidade externa. Avaliar a qualidade implica necessariamente uma tomada de posição que pressupõe uma escolha de um sistema valorativo, dentre vários outros possíveis, num determinado meio social”.

Neste contexto, a melhora da qualidade da educação está intrinsecamente relacionada a um processo de avaliação institucional, tanto externo como interno.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se a delimitação dos procedimentos metodológicos utilizados para a execução desta pesquisa, abrangendo a caracterização do estudo, classificação da pesquisa, técnicas de coleta e de análise de dados e limitações da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia é conceituada como a investigação e estudo, conforme métodos específicos, ou mesmo, um corpo de regras estabelecidas para realizar uma pesquisa.

O presente estudo tem abordagem quantitativa para seu desenvolvimento, uma vez, que dentro do seu objetivo estabelecido, isto é, medir o nível da qualidade dos serviços oferecidos pelos Cursos de Administração de Apucarana, torna-se necessário investigar quais os fatores que, para seus usuários (os alunos), evidenciam a qualidade recebida. Por isso, dentro deste processo, utilizou-se, também, a abordagem qualitativa que, como cita Malhotra (2001, p.155), “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em amostras que proporcionam insights e compreensão do contexto do problema”. Roesch (1999) completa citando que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador, através de suas perguntas, pode captar melhor as perspectivas dos entrevistados.

Portanto, quanto à abordagem, é de caráter qualitativo no que se refere ao estudo de dois casos na cidade de Apucarana e quantitativo para tratamento dos dados obtidos pela pesquisa realizada.

Explicar é tornar evidente o que estava implícito, obscuro ou complexo; é descrever, classificar e definir, enquanto discutir é comparar as várias posições que se entrecrocavam dialeticamente e, finalmente, demonstrar é aplicar a argumentação apropriada à natureza do trabalho - é partir de verdades garantidas para novas verdades (SEVERINO, 1996, p.78).

Assim, este processo permite produzir novos conhecimentos quando comparadas as realidades vivenciadas acerca da qualidade na avaliação dos cursos de administração de duas instituições de ensino da cidade de Apucarana.

Diante desse quadro, para o desenvolvimento da pesquisa, são adotados os procedimentos do estudo de caso em duas instituições de ensino, uma pública e a outra privada, na cidade de Apucarana, tendo em vista a proposta de se investigar uma situação com foco na compreensão do “como” e “por quê” o fenômeno em estudo acontece. Estudo de Caso, segundo Young (*apud* GIL, 2006, p.59), é “um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma entidade em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais quer seja essa unidade uma pessoa, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação”.

Para Stake (1988, p.256), a principal diferença entre o estudo de caso e outras possibilidades de pesquisa é o foco de atenção do pesquisador que busca “a compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade”. Ainda, segundo o autor, quando

se fala em estudo de caso, não se está fazendo referência a uma escolha metodológica, mas, fundamentalmente, à escolha de um determinado objeto a ser estudado, que pode ser uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência.

Neste tipo de pesquisa, tem-se um estudo de caso descritivo, constituindo-se um dos elementos essenciais para caracterização dos fatores envolvidos no estudo. Além disso, é importante considerar a descrição da própria ferramenta, verificando suas particularidades, bem como a análise do funcionamento da ferramenta como procedimento de avaliação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Nestas condições, o estudo de caso constitui-se em pesquisa do tipo qualitativo. “A ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados (SALE; LOHFELD; BRAZIL, 2002 *apud* GODOI; BALSINI, 2010, p.59). Dados qualitativos são representações dos atos e das expressões humanas. O objetivo da pesquisa qualitativa é interpretar os significados e as intenções dos atores (SIVESIND, 1999 *apud* GODOI; BALSINI, 2010, p.59). Sendo assim,

[...] a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: o ambiente natural como sua fonte direta de dados; a preocupação-chave é a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva dos participantes, e não dos pesquisadores; o pesquisador é um instrumento primário para a coleta e análise de dados; supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Focaliza processos, significados e compreensões; o produto do estudo qualitativo é ricamente descritivo (MERRIAM, 2002 *apud* GODOI; BALSINI, 2010, p.59).

O quadro 8, a seguir, resume uma dissertação de mestrado do tipo estudo de caso:

Quadro 8 - Proposta de dissertação de mestrado do tipo estudo de caso

O quê?	Definindo um problema - Apresentação do problema e de sua significância para teoria, práticas ou políticas. - Foco da investigação, objetivos e/ou questões de pesquisa. - Viabilidade do estudo Revisão da literatura (teorias, modelos, ou pesquisa relacionada ao tópico ou problema).
Como?	Metodologia (delineamento do caso, seleção do caso, coleta e análise dos dados, relato do caso). Programação da pesquisa (cronograma).

Fonte: Roesch (1999, p.240).

Na definição de O quê pesquisar, tem-se os objetivos da pesquisa decorrentes do próprio tema-problema - **Qual a percepção dos estudantes dos Cursos de Graduação em Administração com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES?**. Já, na especificação de Como pesquisar, tem-se a caracterização da pesquisa como sendo um estudo de caso, com viés quantitativo, cabendo, ainda, a necessidade de se delimitar a pesquisa em relação à sua população e amostra, bem como quanto às técnicas e instrumentos usados para a coleta e análise dos dados.

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Roesch (1999), população é um grupo de pessoas ou empresas que interessam ao pesquisador no seu propósito. Em virtude de custos, tamanho da população, ou capacidade de processamento de dados, o pesquisador tem a possibilidade de extrair uma parcela do grupo utilizando, assim, o processo de amostragem. Por isso, no estudo desenvolvido foram analisados os alunos ativos das instituições mencionadas anteriormente (duas instituições de ensino, uma pública e a outra privada, na cidade de Apucarana).

Em relação à amostra, Gil (2006) define como uma pequena parte dos elementos que compõe o universo de pesquisa. Já, Roesch (1999) completa dizendo que amostra é o subconjunto representativo da área de interesse do pesquisador. a) O tipo de amostragem utilizada na pesquisa quantitativa é a probabilística, cuja principal característica é apresentar uma fundamentação estatística (GIL, 2006; ROESCH, 1999). Dentre os tipos de amostra não-probabilística, existe a amostra por julgamento, que é utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

Foram utilizados questionários (APÊNDICE A) estruturados com base em escalas para a pesquisa quantitativa, pois, segundo Oppenheim (*apud* ROESCH, 1999), o uso de escalas apresenta a vantagem de medir várias dimensões de uma questão, quando essa possui um caráter complexo ou multifacetado. Essa ferramenta pode mensurar o grau importância que os clientes/usuários dão aos itens originados das entrevistas e a satisfação que possuem em relação a cada tópico.

A pesquisa de caráter exploratório-descritivo foi realizada com os estudantes a partir do segundo ano dos cursos de Administração das instituições de ensino de duas faculdades da cidade de Apucarana - PR, sem distinção de sexo ou idade. Segundo Goode e Hatt (1968, p.422), a pesquisa exploratória-descritiva é um “[...] meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado [...]”, também consideram que possui “uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo [...]” e incluem o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, uma família ou outro grupo social, “um conjunto de relações ou processos (como crises familiares, ajustamento à doença, formação de amizade, invasão étnica de uma vizinhança, etc.) ou mesmo toda uma cultura [...]”.

3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa iniciou-se com uma fase de pesquisa bibliográfica, obtendo-se fontes publicadas, principalmente, em livros e artigos científicos. Para Marconi e Lakatos (2007, p.185), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias e teses”. Igualmente, Gil (2006, p.44) considera que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente em livros e artigos científicos”. Ou seja, a pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), é elaborada a partir de ideias de outros autores, por meio de livros, artigos científicos periódicos e, dessa forma, esta monografia de

conclusão de curso, utiliza de todas as fontes bibliográficas necessárias para a abordagem do assunto do trabalho.

De outro modo, esta pesquisa bibliográfica enquadra-se como pesquisa exploratória, pois busca uma familiarização com o problema em foco, afim de que ele se torne mais explícito ou que se possa gerar a formulação de hipóteses, podendo ser fundamentada com levantamentos bibliográficos, segundo definição dada por Gil (2002).

Emum segundo momento, de acordo com os objetivos propostos e com base na pesquisa bibliográfica, partindo-se da problemática já apresentada, utiliza-se como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado junto aos estudantes das 2 instituições de ensino analisadas. O questionário para coleta de dados foi composto por questões fechadas se baseando na *escala de likerte*. Para aplicação do questionário, primeiramente foi realizada uma visita às IES, para autorização dos responsáveis para o desenvolvimento da pesquisa e aplicação dos instrumentos junto aos seus estudantes.

Para alcançar cada um dos objetivos específicos, a técnica de coleta de dados utilizada está descrita no quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Técnicas de coleta de dados

Objetivos Específicos	Técnica de Coleta de Dados	Análise
Apresentar as dimensões e os critérios estabelecidos pelo SINAES para avaliação de cursos de graduação;	Análise documental	Fundamentação Teórica

<p>Descrever a percepção dos estudantes quanto ao corpo docente e apoio administrativo e infraestrutura;</p> <p>Analisar a percepção dos estudantes quanto ao aspecto avaliação do curso, comparando os resultados obtidos entre instituição pública e a privada.</p>	<p>Questionário estudantes dos cursos de Administração das instituições envolvidas</p> <p>Aplicar o teste de Kruskal-Wallis (KW)</p>	<p>Apêndice</p> <p>Para compararmos a questão, utilizamos o teste de Kruskal-Wallis. Esse teste foi criado como um substituto ao teste F na análise de variância paramétrica. Conhecido como teste-H, é utilizado para que se verifique o contraste entre k amostras independentes e se os valores obtidos nas diversas amostras diferem entre si.</p>
<p>Sugerir alternativas de ações que visem a contribuir para a melhoria da qualidade no ensino das instituições estudadas.</p>	<p>Baseado nos resultados da pesquisa e referencial teórico</p>	<p>Sugestões</p>

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

A escala adotada no instrumento de coleta é de concordância, em que o valor 1 refere-se a *Discordo Plenamente* e, no outro extremos, o valor 5 representa *Concordo Plenamente*, conforme *escala de likert*. O instrumento possui 42 itens que avaliam o grau de concordância geral do aluno em relação às seguintes dimensões e constructos de acordo com o instrumento do MEC:

- a) *Organização didático-pedagógica*: compreende Sistema de Ensino, Participação em Atividades Acadêmicas e Organização do Curso;
- b) *Corpo docente, coordenação e Direção*: compreende Professores, Coordenação de Curso e Direção;
- c) *Infraestrutura*: compreende Suporte Acadêmico/Técnico e Instalações Físicas.

3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a fase de coleta de dados, a próxima fase do trabalho ocorreu por meio da interpretação, em que foram examinados os dados submetendo-os a uma análise crítica, verificando-se possíveis falhas, distorções e erros em relação à teoria trabalhada no capítulo 2 deste trabalho. Nesse ponto, os dados foram analisados, confrontado os conhecimentos e informações da pesquisa com o estudo de caso.

A análise quantitativa dos dados foi realizada de forma descritiva e analiticamente, de modo que a mesma pudesse oferecer subsídios suficientes para a produção do texto final com as conclusões sobre a pesquisa. Ressaltando [...] que a pesquisa é cíclica, que nunca se completa, pois existem várias formas de se pensar sobre um determinado tema."Os resultados de uma pesquisa suscitam questões adicionais, que originam novas pesquisas para ratificar, refutar ou completar as visões construídas, possibilitando o acúmulo de experiências e o avanço do conhecimento" (SILVA; ROMAN NETO *apud* GODOI; MELLO; SILVA, 2010, p.83).

Existem muitos métodos disponíveis, mas o melhor depende da natureza do seu estudo e as questões às quais pretende obter resposta. Um método popular é analisar as respostas usando técnicas de análise de variância, como o teste de Mann Whitney ou o teste de Kruskal Wallis. Para esta pesquisa, por melhor se adequar as variáveis em questão, optou-se em usar o teste de Kruskal Wallis.

O teste de Kruskal-Wallis (KW) é uma extensão do teste de Wilcoxon-Mann-Whitney. É um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações (CAMPOS, 1983). Ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem diferentes. Neste aspecto, concorda-se com Pagano e Gauvreau (2004) quando estes afirmam que o teste de Kruskal-Wallis é análogo ao teste F utilizado na ANOVA 1 fator. Enquanto a análise de variância dos testes depende da hipótese de que todas as populações em confronto são independentes e normalmente distribuídas, o teste de Kruskal-Wallis não coloca nenhuma restrição sobre a comparação. Suponha-se que os dados provenham de k amostras aleatórias independentes com tamanhos amostrais n_1, n_2, \dots, n_k sendo $N = n_1 + n_2 + \dots + n_k$ o número total de elementos considerados em todas as amostras.

Para se comparar a questão, utiliza-se o teste de Kruskal-Wallis. Esse teste foi criado como um substituto ao teste F na análise de variância paramétrica. Conhecido como teste-H, é utilizado para que se verifique o contraste entre k amostras independentes e se os valores obtidos nas diversas amostras diferem entre si. Pagano e Gauvreau (2004) descreve o modelo deste teste, como segue:

Da mesma forma que nos outros testes, serão consideradas as hipóteses nulas

H_0 e alternativa H_1 , isto é:

H_0 : Não há diferença significativa entre os tratamentos.

H_1 : Há diferença entre os tratamentos

Quanto à metodologia usada no teste de Kruskal-Wallis, a expressão é definida por:

$$H_{K-w} = \frac{12}{n(n+1)} \sum_{i=1}^K \frac{T_i^2}{n_i} - 3(n+1) \quad H \sim X^2_{(K-1)}$$

Em que:

T_i : é a soma das ordens atribuídas ao tratamento i ;

k : corresponde ao número de tratamentos ou amostras a comparar;

n_i : o número de observações em cada tratamento k e;

n : o total de observações em todos os tratamentos k .

Se os valores da H_{K-w} forem maiores que os valores da tabela, concluímos pela rejeição de H_0 , ou seja, Há diferença entre os tratamentos.

Como foi empregado o software **R** e **Rcmdr** para esta pesquisa, e os resultados são apresentados na forma de **p-valor**, aqui não se compara com a tabela X^2 e, sim, são analisados os resultados do **p-valor**. Pagano e Grauveau(2004) confirmam esta ideia, pois, nestes termos, tem-se “a probabilidade máxima de rejeitar H_0 ”. Se, por exemplo, utiliza-se o nível de significância de 5%, a hipótese nula (H_0)

será rejeitada somente se o resultado da amostra for tão diferente do valor suposto que uma diferença igual ou maior ocorreria com uma probabilidade máxima de 0,05. Assim, na prática, se *p-valor* for menor que 0,05, então, pode-se concluir que há diferença entre as amostras.

Conforme aponta Gephart (2004), fazer uma boa pesquisa qualitativa é difícil e desafiador, no entanto, constitui-se um recompensador e significativo caminho para a vida acadêmica. A pesquisa qualitativa, e, mais especificamente o estudo de caso, favorece o engajamento do pesquisador com o cotidiano da administração, proporcionando uma compreensão profunda e, ao mesmo tempo, ampla e integrada compreensão da realidade das organizações. Além disso, espera-se do estudo de caso que ele traga contribuições aos problemas da prática. Trazendo contribuições tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a vida organizacional. Com isso, para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo tendo em vista que o trabalho tem abordagem qualitativa. Segundo Bardin (2002, p.34), a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Na pesquisa, foi aplicada a amostragem Estratificada e Sistemática, sendo que a participação se deu de forma voluntária, em que os alunos que participaram foram sorteados nas salas de aula no momento da coleta dos dados.

A Margem de erro, nível de confiança e tamanho da amostra sempre caminham lado a lado. Para se obter uma margem de erro e um nível de confiança determinado (por exemplo, erro de 5% com confiança de 95%), precisa-se de um tamanho de amostra mínimo correspondente. Modificar qualquer um dos 3 parâmetros, alterará os restantes:

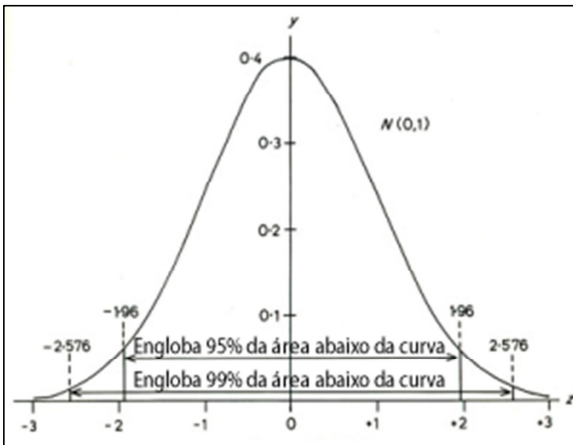
- a) Reduzir a margem de erro obriga a aumentar o tamanho da amostra;
- b) Aumentar o nível de confiança obriga a aumentar o tamanho da amostra;
- c) Se eu aumentar o tamanho da minha amostra, posso reduzir a margem de erro ou incrementar o nível de confiança.

Para a relação entre os parâmetros anteriores, foram utilizados os teoremas conhecidos como Lei dos Grandes Números. Teoremas são os que dão suporte matemático à ideia de que a média de uma amostra aleatória de uma população grande tenderá a estar próxima da média da população completa. Sobretudo, o teorema do limite central mostra que, em condições gerais, a soma de muitas variáveis aleatórias independentes “se aproximam bem” a uma distribuição normal - também chamada de Gaussiana - (GIL, 2008).

O valor que calcular a amostra será o mais provável para o universo desta pesquisa e conforme se distancia deste valor (para cima ou para baixo), estes são valores cada vez menos prováveis. O fato de a probabilidade diminuir conforme se distancia da média é o que caracteriza uma distribuição gaussiana. Pode-se fixar um intervalo ao redor do valor mais provável, de forma a englobar 95% da probabilidade

(nível de confiança). A distância que tomar a partir do valor mais provável para englobar estes 95% determina a margem de erro.

Gráfico 1 – Distribuição Normalizada



Fonte: Adaptado de Vieira (2011).

Segundo o gráfico 1, anterior, em uma distribuição normalizada (média 0, desvio padrão 1), deseja-se englobar os valores que cobrem 95% dos casos, define-se uma margem de erro entre -1,96 e +1,96 da média. Se se deseja cobrir 99% dos casos, a margem deve distanciar-se até +2,58.

Conhecendo a propriedade anterior, é muito fácil adaptar as fórmulas da distribuição gaussiana a qualquer caso (seja qual for a média e o desvio). Observa-se com detalhes o caso da estimativa de uma

proporção. Para tanto, aplica-se a seguinte fórmula, descrita e demonstrada a seguir:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Onde:

n = O tamanho da amostra que queremos calcular

N = Tamanho do universo

Z = É o desvio do valor médio para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que buscamos, usaremos um valor determinado que seja dado pela forma da distribuição de Gauss.

Os valores mais frequentes são:

Nível de confiança 90% -> Z=1,645

Nível de confiança 95% -> Z=1,96

Nível de confiança 99% -> Z=2,575

e = É a margem de erro máximo que eu quero admitir

p = É a proporção que espera-se encontrar. (GIL, 2008).

Assim, para comparar os dados das instituições FAP e FECEA, cujas relações de alunos está nos anexos A e B, tem-se os valores apresentados por meio do quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Dados das instituições

ANO	INSTITUIÇÃO	
	FECEA	FAP
2	114	48
3	80	47
4	120	42

TOTAL	451
TOTAL FAP	137
TOTAL FECEA	314

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

A proporção FECEA/ FAP seria $\frac{314}{137} = 2,29$

Mas, como se esperaum nível de confiança de 95%, o tamanho da amostra n, seria:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p(1 - p)}{(N - 1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p(1 - p)}, \text{ assim:}$$

$$n = \frac{451 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{450 \cdot 0,05^2 + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{433}{2,08}$$

$$n = 208,24 \cong 209$$

Ou seja, para uma amostra com 95% de certeza para os questionários seria necessária a entrevista de 209 alunos. Como se sabe que a proporção de FECEA para FAP é 2,29, teriam-se que aplicar o questionário com a quantidade de 2,29 vezes maior para alunos da FECEA. Assim:

$$2,29x + x = 209$$

$$x = 63,52$$

$$x \cong 64$$

Logo, por amostragem, e com 95% de certeza, foi aplicado o questionário junto a 64 alunos da FAP e 146 alunos da FECEA.

3.4.1 Materiais e métodos

Como o objetivo é comparar os dados sobre as duas instituições, foi utilizado a amostragem estratificada, ou seja, fez-se a divisão em dois grandes estratos (FAP e FECEA). Em seguida, foi feita outra divisão de estratos entre os anos de ensino em cada instituição. Segundo Pagano (2008), dividindo-se a população em subgrupos (estratos) de itens similares, procedendo-se à amostragem em cada estrato, proporcional ao tamanho do estrato. Como os subgrupos são relativamente homogêneos, a variabilidade é menor.

O número de questionários para FAP é de 64. Para aplicar a Amostragem Sistemática que, para Pagano (2008), exige que se determine a cota amostral pela fórmula, $k=N/n$, escolhe-se aleatoriamente um elemento no intervalo $[1;k]$; este será o primeiro elemento da amostra. O segundo elemento será o primeiro mais k , e assim sucessivamente. Desta forma, dividindo-se o número de

questionários pelos 3 períodos (anos), obtendo-se: $\frac{64}{3} = 21,33$, ou seja, em cada sala, foram entrevistados 21 alunos. Como no 2º ano, há 48 alunos e o sistema para essa amostragem foi feito por meio de uma lista ordenada (alfabética) dos alunos desse semestre, no qual:

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	6	8	10	12	15	17	19
	22	24	26	28	31	33	35	38
			40	42	44	47		

Assim, a amostra seria o 1º, 3º, 6º, ... 47º.

Já, para o 3º ano, com 47 alunos, tem-se como amostra:

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	5	8	10	12	14	17	19
	21	23	26	28	30	32	35	37
			39	41	44	46		

Para o 4º ano, com 42 alunos é:

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	5	7	9	11	13	15	17
	19	21	23	25	27	29	31	33
			35	37	39	41		

Já, para a FECEA, foram considerados 146 alunos distribuídos em 3 anos(períodos) $\frac{146}{3} = 48,66$, ou seja, em cada sala, há 49 alunos em cada período. Assim, as amostragens dos 2, 3 e 4 anos ficou:

2 ANO

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	6	8	10	13	15	17	20
	22	24	27	29	31	34	36	38
	41	43	45	48	50	52	55	57
	59	61	64	66	68	71	73	75
	78	80	82	85	87	89	92	94
	96	99	101	103	106	108	110	113

3 ANO:

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	4	6	8	9	11	12	14
	16	17	19	21	22	24	25	27
	29	30	32	34	35	37	39	40
	42	43	45	47	48	50	52	53
	55	57	58	60	61	63	65	66
	68	70	71	73	74	76	78	79

4 ANO:

Intervalo sistemático = 2

Primeiro número sorteado = 1

Amostra sistemática:

1	3	6	8	11	13	16	18	21
	23	25	28	30	33	35	38	40
	43	45	48	50	52	55	57	60
	62	65	67	70	72	74	77	79
	82	84	87	89	92	94	97	99
	101	104	106	109	111	114	116	119

Foi empregado o *software* R que é uma linguagem e ambiente para computação estatística e gráfica. O *software* R é gratuito, tendo um ambiente computacional integrado para manipulação, análise, e representação gráfica de dados baseado em linguagem de programação orientada por objetos e que disponibiliza uma grande variedade de métodos estatísticos. O.R fornece uma ampla variedade de técnicas estatísticas (modelagem linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais, classificação, agrupamento, etc) e gráficos, e é altamente extensivo (THE R PROJECT..., 2014).

A análise de conteúdo apresenta 2 etapas: uma que se destina à análise quantitativa dos questionários aplicados e a outra à análise qualitativa do conteúdo manifesto. De acordo com a técnica mencionada, foram realizadas comparações entre as evidências empíricas obtidas com quadros de referências localizados na revisão da literatura presente no trabalho.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os limites da atual pesquisa são:

- a) PERÍODO – agosto a dezembro de 2014.
- b) PRÁTICAS – questionários baseados nas dimensões do SINAES.
- c) LOCAL E POPULAÇÃO – Faculdade de Apucarana (FAP) e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA). A população atingida foi constituída dos estudantes dos cursos de Administrações, a partir do segundo ano, de ambas as faculdades.

Por fim, Vale ressaltar que estudos de caso não são generalizáveis.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se breve histórico das instituições estudadas e, após, a análise dos dados coletados sobre a realidade em foco.

4.1 FACULDADE DE APUCARANA – FAP

Em 16 de maio de 1993, foi fundado o Centro de Ensino Superior de Apucarana (CESUAP), mantenedor da Faculdade de Apucarana (FAP), sendo o curso e faculdade aprovados pelo Governo Federal por meio da Portaria nº 949 do Ministro de Estado da Educação, de 22 de junho de 1999, publicada no DOU nº 119, de 24/06/99, seção 1-E, páginas 15/18, que autorizava o funcionamento do curso de Sistemas de Informação, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Apucarana. Parecer nº 421/99 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao funcionamento do curso.

Inicialmente, o primeiro projeto foi encaminhado ao antigo Conselho Federal de Educação em 1993 e era o Curso de Tecnologia em Processamento de Dados. Com a extinção do órgão, em 1995, para o Conselho Nacional de Educação, foi preciso uma atualização de todos os dados contidos no projeto, o qual foi concluído em 1996. Seguindo exigências do MEC, teve que prosseguir com as novas adaptações da área de informática, passando para o Curso Sistemas de Informação, aprovado em junho de 1999. O curso foi escolhido após ampla pesquisa no mercado de trabalho de Apucarana que possuía uma grande carência de profissionais qualificados em nível superior, na área de informática.

A Faculdade de Apucarana é uma instituição de educação superior, isolada e privada. Rege-se pela legislação educacional do Sistema Federal de Ensino, por seu Regimento Geral, e pelo estatuto de sua entidade mantenedora - o Centro de Ensino Superior de Apucarana - no que for pertinente.

Este, por sua vez, é uma entidade civil sem fins lucrativos com sede e foro na cidade antes citada. Rege-se pelas disposições legais que lhe são aplicáveis e pelo seu Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Apucarana, Paraná, sob o número 456 do Livro A-1, em 11 de agosto de 1993. Alterado em 20 de dezembro de 2001 para criação do Instituto de Educação Superior da Faculdade de Apucarana, e registrado sob o número 456/2 do Livro A-1 em 31 de janeiro de 2002. Em 27 de dezembro de 2002, houve outra alteração estatutária, devido à troca de mantenedores, registrada então sob o número 121, às folhas 135 do Livro 05, em 09 de fevereiro de 2004.

Desses registros, deduz-se que somente nos anos iniciais da década de 90 é que a iniciativa privada se organizou para ampliar as oportunidades de ensino superior em Apucarana que, é a cidade polo da região do Vale do Rio Ivaí, com vinte e oito municípios e uma população de quatrocentos e cinquenta mil habitantes.

Entre os anos 2000 e 2002, oito novos cursos foram autorizados para serem ofertados pela Faculdade de Apucarana, que funcionava em instalações alugadas e provisórias junto aos Colégios Mater Dei e Platão. O rol de cursos se diferenciava do de outras instituições particulares de cidades vizinhas por se relacionarem às áreas de Saúde com Enfermagem e Fisioterapia; de Ciências com Matemática, Ciências Biológicas, e Normal Superior; e de Ciências Sociais com Direito –

antiga reivindicação regional -, Administração e Turismo.

Assim se delineavam as possibilidades de atuação da Faculdade de Apucarana, comprometidas com a melhoria do nível de conhecimento científico e preparo acadêmico de profissionais nas áreas de seus cursos, fazendo parte da sociedade, entendendo cientificamente seus problemas e auxiliando em suas soluções.

A concretização do trabalho de qualidade e excelência na prática do ensino superior na região teve impulso em 2003, com a troca de mantença e de direção da Faculdade. A nova direção, com postura acadêmico-científica, ao tempo em que revia toda a regulamentação acadêmica e administrativa em conjunto com os Colegiados Superiores, tratava junto à Mantenedora, da construção das instalações definitivas.

Em agosto de 2003, alunos, professores, funcionários e dirigentes já estavam estudando e trabalhando em modernas salas de aula, laboratórios e gabinetes. São 13.000 m² de área construída em alvenaria, num terreno de 140.000 m².

Em janeiro de 2004, teve início a nova reestruturação administrativa da Faculdade. Foram implantadas as Diretorias Acadêmica, Administrativa e Financeira no nível tático para auxiliar a Diretoria Geral e, no nível estratégico, em conjunto com as instâncias colegiadas funcionando plenamente e de maneira independente.

Para dar consistência a essas ações administrativas no sentido do crescimento e desenvolvimento acadêmico-científico, deu-se início, em conjunto com a Mantenedora, ao planejamento estratégico (PDI) da Faculdade de Apucarana. Para isto, organizou-se um seminário empregando metodologia de visualização e moderação com duração de doze horas, contando com a participação de quarenta e sete pessoas

entre dirigentes, coordenadores, professores, chefes de setores administrativos, servidores técnicos e administrativos e representantes discentes, sendo dois por curso.

Preparado por uma equipe de especialistas, com textos para serem previamente analisados, com sugestões e formulários apropriados. Ao final dos trabalhos, tinha-se enunciada a missão e a visão da Faculdade de Apucarana bem como seus objetivos e metas para os próximos cinco anos.

Na sequência desse planejamento estratégico, foram realizados outros encontros para definição dos planos de ações, sempre de maneira participativa. Estava tomando forma o perfil da Faculdade de Apucarana para ser: acadêmico-científica, democrática e socialmente responsável, verdadeiramente de ensino superior.

Neste mesmo ano, em atendimento à Lei 10.861, de 14 abril de 2004, (SINAES), foi criada a Comissão Própria de Avaliação que deu início a composição do Projeto de Autoavaliação Institucional, fundado em um compromisso ético, respeitando a todos que compõem a IES, por meio de um processo dialógico, interativo, científico e transparente.

Em 2005, com o fortalecimento do processo foi realizada a 1ª Avaliação Institucional respondida pelos discentes em formulário impresso. Os resultados desta avaliação serviram como base para os trabalhos de investigação dos padrões de qualidade desejados pela FAP. A partir de então, as atividades da CPA passaram a ser periódicas, tendo em vista sempre a melhoria contínua de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Em seu programa de crescimento, a FAP também implantou o Curso de Nutrição, em 2007, somando-se aos cursos da área de saúde, o

que colaborou para que se fortalecesse nessa área. No mesmo período, recebeu autorização para o funcionamento do Curso de Letras, mas não houve demanda, razão pela qual foi solicitado o seu arquivamento.

No período de 07 a 09/04/2008, o Curso recebeu visita in loco para renovação de reconhecimento, sendo reconhecido por meio da portaria 1.609 de 09/11/2009 publicada em 11/11/2009.

Em 2010, a FAP recebeu uma comissão do MEC para autorização do curso de Psicologia, recebendo parecer favorável e conceito 5, mostrando um crescimento no rol de cursos ficando sempre atenta às necessidades educacionais de Apucarana e região. Atualmente, a FAP conta com os seguintes cursos (quadro 11):

Quadro 11 – Cursos autorizados da FAP

CURSO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	PORTARIA DE RECONHECIMENTO	PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
Administração (Bacharelado)	477 de 20/03/01	223 de 07/06/06	
Ciências Biológicas (Licenciatura)	2.785 de 12/12/01	677 de 27/09/06	314 de 02/08/2011
Direito (Bacharelado)	952 de 21/05/01	772 de 23/03/06	
Enfermagem (Bacharelado)	2.311 de 29/10/01	677 de 27/09/06	
Enfermagem (Bacharelado)	1.017 de 12/12/07	677 de 27/09/06	
Fisioterapia (Bacharelado)	1.580 de 23/07/01	677 de 27/09/06	
Fisioterapia (Bacharelado)	1.017 de 12/12/07	677 de 27/09/06	01 de 06/01/2012

Matemática com ênfase em Informática (Licenciatura)	547 de 26/03/01	4.437 de 22/12/05	304 de 02/08/2011
Nutrição (Bacharelado)	1.045 de 08/12/06	13 de 06/03/2012	
Pedagogia (Licenciatura)	506 de 17/08/06	240 de 27/05/2013	
Psicologia (Bacharelado)	1.851 de 10/11/10		
Sistemas de Informação (Bacharelado)	949 de 24/06/99	3.337 de 18/10/04	1.690 de 09/11/09

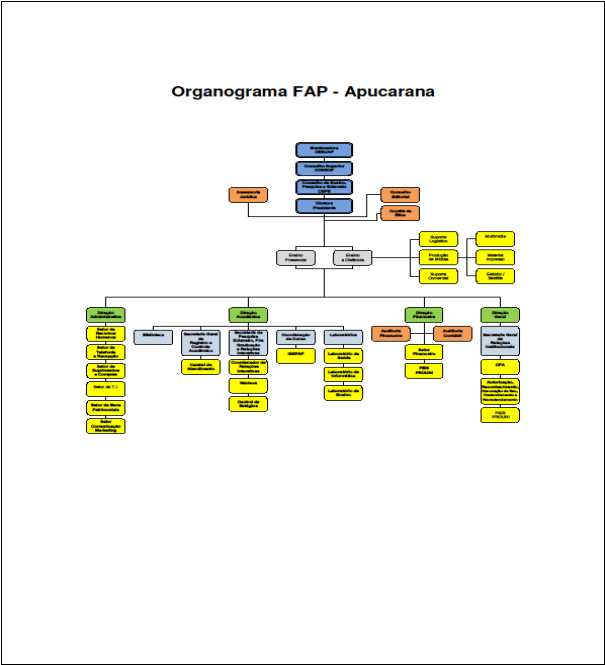
Fonte: FAP (2014).

Neste sentido, convém destacar o amadurecimento institucional, que, ao longo dos anos, foi sendo construído por meio de pequenas ações realizadas permanentemente, no sentido de fortalecer a instituição como uma faculdade séria, comprometida com o ensino e com a comunidade onde está inserida.

4.1.1 Organograma

A organização administrativa da Faculdade de Apucarana respeita os princípios de uma gestão democrática, participativa, estratégica e horizontalizada, em sintonia com sua organização didático-pedagógica, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros. A atuação colegiada é traço marcante, nas diferentes instâncias organizacionais, administrativas e acadêmicas. A atuação de todas as instâncias aqui apresentadas tem suas atividades detalhadas no Regimento Geral da Faculdade de Apucarana, que são organizadas como mostra seu organograma (figura 1).

Figura 1 – Organograma da FAP



Fonte: FAP (2014).

4.2 FACULDADE ESTADUAL CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA

No dia 07 de junho de 1959, foi constituída uma Comissão Permanente para a criação da Instituição de Ensino Superior do município, composta pelos seguintes membros: Jorge Andriguetto, como presidente, Adriano Corrêa, como secretário, Izidoro Luiz Cerávolo, como tesoureiro. Uma das primeiras medidas dessa Comissão foi encaminhar um memorial* ao deputado da região, residente em Apucarana, o industrial Jorge Amim Maia.

Em 30 de junho, foi apresentado à Comissão, pelo tesoureiro Dr. Izidoro Luiz Cerávolo, um anteprojeto a ser enviado ao Deputado Jorge Amim Maia sobre a criação da Faculdade de Ciências Econômicas. A 5 de julho, foi apresentado pelo Secretário Adriano Corrêa ofício também dirigido ao Deputado.

No dia 13 de julho do mesmo ano, em umadas salas do antigo fórum de Apucarana, situado na Praça Rui Barbosa, os membros da comissão entregaram ao deputado Jorge Maia todos os documentos necessários para a criação da FECEA. Foi ele quem conseguiu do governador Moysés Lupion e do seu secretário de Educação e Cultura, Nívon Weigert, o Decreto nº 26.298, sancionado às 17:00 horas do dia 17 de novembro de 1959, nos despachos do governador no Palácio Iguaçu. Nascia juridicamente a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas da cidade de Apucarana.

Em 20 de novembro foi nomeado, pelo governador Lupion, o Juiz Jorge Andriguetto para primeiro Diretor da Faculdade que, em 17 de março de 1960, viajou juntamente com o secretário Adriano Corrêa para

o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Lá, foram pleitear, junto ao Ministério da Educação e Cultura, o processo de autorização de funcionamento da Faculdade.

Em 14 abril de 1960, visitaram Apucarana, convidados pela União dos Estudantes de Apucarana, os alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná. Houve uma sessão solene no salão nobre do antigo Fórum da Praça Rui Barbosa, presidida pelo Juiz Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, Jorge Andriguetto. Quem ali esteve presente ouviu a palestra do então acadêmico de Economia e Engenharia, Dr. Arthur Miranda Ramos. No dia seguinte, foi realizada outra sessão no Centro de Debates de Apucarana, nos salões do Clube 28 de Janeiro, onde proferiu sua palestra o acadêmico Adail Sprenger Passos, sobre o tema “Economia Política”. Com o evento, a Comissão arrecadou um total de Cr\$ 95.000,00, para fazer face às despesas com a criação da Faculdade.

A Faculdade obteve autorização para funcionamento em 22 de junho de 1960 e, em 05 de julho do mesmo ano, publicou-se, no Diário Oficial da União, o Decreto do Presidente da República nº 48.376, Juscelino Kubitschek de Oliveira, autorizando que a FECEA iniciasse suas atividades. Assim, no dia 20 do mês de setembro de 1960, no salão do Colégio Estadual Nilo Cairo, com a presença de autoridades civis, militares e religiosas e grande número de populares, realizou-se a sessão solene de instalação da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Estavam presentes o Dr. Colombino Grassano, Secretário da Educação e Cultura, que na oportunidade representava o governador Moysés Lupion, o Deputado Jorge Amim Maia, o professor José

Alexandre de Moura Negrini, Diretor do Departamento de Educação, o Professor Moacir Fantini, Superintendente do Ensino Superior do Estado, representantes de entidades de classe e vereadores. Durante a sessão, o Prof. Moacir Fantini participou aos presentes que a Faculdade estava em condições legais de funcionar pelo Decreto nº 48.376, e que já poderia ser instalada. Assinaram a ata de instalação 93 pessoas, entre público e autoridades.

Em 2 de fevereiro de 1961, foram empossados os primeiros professores da Faculdade para aquele ano letivo, quais sejam:

- a) Dr. Jorge Andriguetto - Instituições de Direito;
- b) Dr. Yaroslau Sessak - Complementos de Matemática;
- c) Dr. Antonio Luiz de Souza Rocha - Economia Política;
- d) Dr. Carlos Alberto Lacombe - Ciência da Administração;
- e) Professor Adriano Corrêa - Contabilidade Geral.

No dia 16 de fevereiro, teve início o Vestibular da Faculdade com prova escrita e prova oral. Em 18 de março de 1961, realizou-se a aula inaugural do primeiro ano de funcionamento da Faculdade, no salão nobre do Colégio Estadual Nilo Cairo. A aula foi ministrada pelo Professor Moacir Fantini que discorreu sobre o tema “A função das Faculdades de Ciências Econômicas perante a realidade brasileira”.

Em 9 de maio de 1961, o governador, Ney Braga, e o seu Secretário de Educação e Cultura, Mário Braga Ramos, nomeavam Jorge Andriguetto, Carlos Alberto Lacombe, Yaroslau Sessak, Adriano Corrêa e Ivan Martins Sanches para o conselho Técnico e Administrativo da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas.

Aos 7 de abril de 1965, pela Portaria nº 1.404, Adriano Corrêa era designado para exercer o cargo de Diretor da Faculdade. Em 1972,

iniciou sua gestão Humberto Queiroz (72/74), seguido por José Brasil Camargo (74/79), Valdir Marin (79/80), Joel Mira Sabóia (80/86), Vitório Fornazzieri (86/90), Rui Barbosa (90/94), Benedito Cândido da Silva (94/2001). Vanderley Ceranto (2002/2010), Rogério Ribeiro (2010/2014). Desde então, quem dirige a Faculdade é o Professor Narciso Luiz Rastelli.

A partir de dezembro de 2013 a FECEA passou a fazer parte da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. As faculdades estaduais que formam a Unespar são a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Faculdade de Artes do Paraná, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória e também conta com a Escola de Segurança Pública. Atualmente a instituição conta com os seguintes cursos:

Quadro 12 – Cursos autorizados da FECEA/UNESPAR

CURSO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	PORTARIA DE RECONHECIMENTO	PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
Administração (Bacharelado)		83.181 de 15/02/1979	de 3529 de 21/01/2013
Letras Português (Licenciatura)	5121, de 02/07/2012		
Letras Inglês (Licenciatura)	5241, de 13/07/2012		

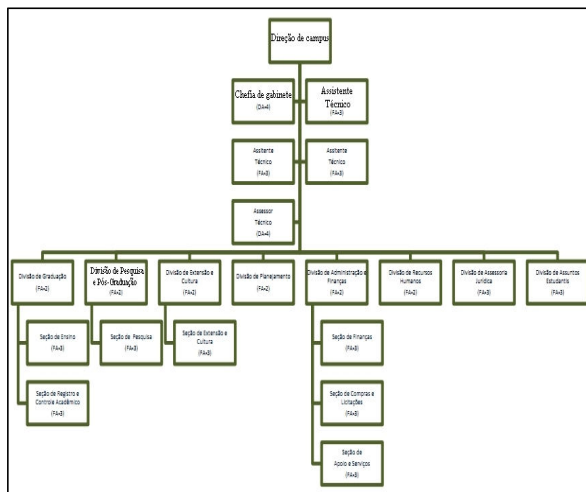
Letras Espanhol (Licenciatura)	5139	de			
	02/07/2012				
Ciências da Computação(Bacharelado)	6932,	de			
	07/01/2013				
Ciências Econômicas(Bacharelado)	48.376	de	62.041	de	6798
	27/07/1960		03.01.1968		19/12/2012
Pedagogia (Licenciatura)					
Ciências Contábeis(Bacharelado)	73.592	de	73.592, de 08		7068
	03/02/1974		de fevereiro de 1974		01/10/2008
Secretariado Executivo Trilingue(Bacharelado)	3.762	de	3.762	de	701
	20/03/2001		20/03/2001		21/09/2011
Turismo(Bacharelado)			6070	de	4462
			31/01/2006		26/04/2012
Serviço Social(Bacharelado)	463/01	de	5839	de 03 de	876
	09/11/2001		julho de 2002		24/03/2011
Matemática (Licenciatura)	9059	de			
	20/12/2010				

Fonte: FECEA/UNESPAR (2014).

4.2.1 Organograma

A organização, estrutura administrativa e as atribuições da FECEA serão definidas em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Departamental. A atuação de todas as instâncias aqui apresentadas tem suas atividades detalhadas no Regimento Geral da Faculdade que estão distribuídas entre as unidades mostradas no seu organograma (figura 2).

Figura 2 – Organograma da FECEA



Fonte: FECEA (2014).

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item, são apresentados os resultados agrupados por categorias, conforme disposto no capítulo da metodologia, a fim de responder aos objetivos propostos por esta pesquisa. O instrumento foi aplicado em agosto e setembro de 2014 e os resultados analisados nos meses de outubro a novembro do mesmo ano. Foram aplicados questionários junto a 208 estudantes selecionados para a pesquisa. Tal

aplicação foi realizada em sala de aula aleatoriamente de acordo com a metodologia definida no capítulo 3 deste trabalho.

4.3.1 Perfil dos entrevistados

A primeira parte do instrumento buscou caracterizar os respondentes de um grupo amostral escolhido de maneira sistemática, utilizando-se 95% como nível de confiança.

Ao se analisarem as questões referentes às duas Instituições de ensino, verificou-se que a idade média dos alunos da FAP é de, aproximadamente, 25 anos e da FECEA é de, cerca de, 23 anos. A média de 24,79% dos alunos é do sexo masculino em ambas as instituições. A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos entrevistados:

Tabela 1– Perfil dos Entrevistados

FAP2	FAP3	FAP4	FEC2	FEC3	FEC4
18	20	21	19	20	20
18	20	21	19	20	20
20	20	21	19	21	21
20	20	22	19	21	21
21	21	22	19	21	21
21	21	22	19	22	22
21	23	23	19	22	22
22	23	23	19	22	23
22	23	24	20	22	23
22	24	25	20	23	23
23	24	25	20	23	25
23	25	26	21	23	25
24	25	26	21	28	26
25	26	26	21	28	26
25	27	27	24	28	26
26	28	27	34	36	33
26	28	28			
26	30	28			

27	31	35			
27	31	35			
28	40	40			
M=9	M=11	M=9	M=9	M=9	M=10
F=12	F=10	F=12	F=7	F=6	F=6
média=	24.79365		média= 22.70833		

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

4.3.2 Análise das dimensões e comparações

Para se comparar as questões levantadas pela pesquisa utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis. Esse teste foi criado como um substituto ao teste F na análise de variância paramétrica. Conhecido como teste-H, é utilizado para que se verifique o contraste entre k amostras independentes e se os valores obtidos nas diversas amostras diferem entre si.

Pagano (2004) confirma, pois é a probabilidade máxima de rejeitar H_0 . Se, por exemplo, for utilizado o nível de significância de 5%, a hipótese nula (H_0) será rejeitada somente se o resultado da amostra for tão diferente do valor suposto que uma diferença igual ou maior ocorreria com uma probabilidade máxima de 0,05. Assim, na prática, se ***p-valor***, for menor que 0,05, pode-se concluir que há diferença entre as amostras.

4.3.2.1 Dimensão organização didático-pedagógico

A Dimensão Organização Didático-Pedagógico foi composta pelas questões, **Sistema de Ensino, Participação em Atividades**

Acadêmicas e Organização do Curso, representadas pelos quadros 13 a 18, a seguir.

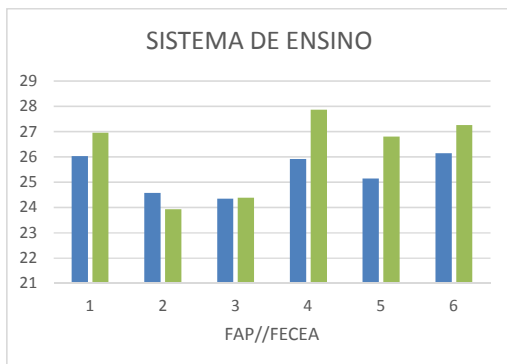
Quadro 13 - Sistema de Ensino

N ^o	Questão
1	A estrutura curricular do curso é adequada àquilo que é requerido pelo mercado de trabalho.
2	A avaliação da aprendizagem por meio de provas, acessos aos ambientes de aprendizagem, entre outras formas de avaliação, é desenvolvida de forma apropriada e promove o <i>feedback</i> contínuo.
3	A IES desenvolve ações efetivas à integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão
4	O curso cumpre o Regimento (normas institucionais que asseguram a boa execução das atividades fins da IES, ou seja, qualidade de Ensino)
5	O curso proporciona a participação efetiva de representantes dos discentes nos órgãos colegiados
6	A IES disponibiliza apoio didático-pedagógico

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Após análise observou-se que os alunos das duas instituições concordaram quanto as questões referentes ao sistema de ensino.

Gráfico 2 – Sistema de ensino



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2014).

A análise gráfica sugere uma pequena diferença nas questões 4 e 5, na avaliação dos alunos da FECEA.

Comparando-se a questão *Sistema de Ensino* (APÊNDICE B) entre as instituições, tem-se (quadro 12):

Quadro 14 – Sistema de Ensino entre as instituições

Grupos	p-valor
Grupos (1 e 7) =	0,9176
Grupos (2 e 8) =	0,5474
Grupos (3 e 9) =	0,7346
Grupos (4 e 10) =	0,2581
Grupos (5 e 11) =	0,3061
Grupos (6 e 12) =	0,6083

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando-se as informações e comparando o *p-valor*, pode-se afirmar, com 95% de certeza, que não há diferença entre o *Sistema de Ensino*, nas duas instituições.

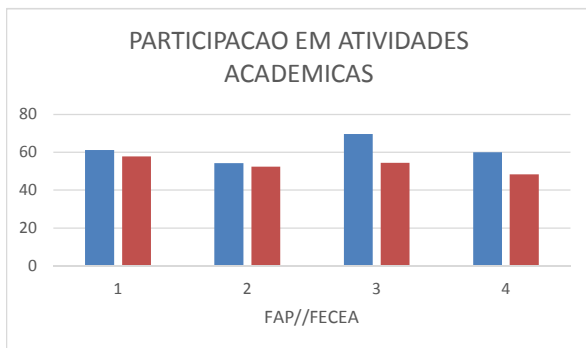
Quadro 15 - Participação em Atividades Acadêmicas

Nº	Questão
1	Existe ampla possibilidade de interação com os colegas em atividades acadêmicas.
2	Existe ampla possibilidade de interação com os colegas em atividades sociais.
3	A IES proporciona um atendimento a alunos Carentes (políticas próprias de bolsas de estudo, FIES e PROUNI)
4	A IES desenvolve atividades de Responsabilidade Social junto às comunidades carentes

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Após análise constatou-se que a diferença encontrada na avaliação dos alunos das duas instituições, no que diz respeito a questão 3 pode se observar que a instituição privada se sobrepõe a pública por ofertar atendimento diferenciado a alunos carentes. Quanto a questão 4, a instituição FAP se sobressaiu por oferecer mais atividades de responsabilidade social.

Gráfico 3 - Participação em Atividades Acadêmicas



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2014).

Comparando-se a questão *Participação em Atividades Acadêmicas*(APÊNDICE C), entre as instituições, tem-se (quadro 16):

Quadro 16 – Participação em atividades acadêmicas

	Dif. Posto	p-valor
Grupos (1 e 5) =	25.2389	0.3031
Grupos (2 e 6) =	19.2568	0.4320
Grupos (3 e 7) =	124.4211	< 0.0001
Grupos (4 e 8) =	88.6413	0.0003

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando-se as informações e comparando o *p-valor*, pode-se verificar que existe uma diferença significativa entre as questões “A IES proporciona um atendimento a alunos Carentes (políticas próprias de bolsas de estudo, FIES e PROUNI)” em grupos (3,7) e “A IES desenvolve atividades de Responsabilidade Social junto às comunidades carentes” em grupos (4 e 8). Para as demais questões, não houve diferença significativa.

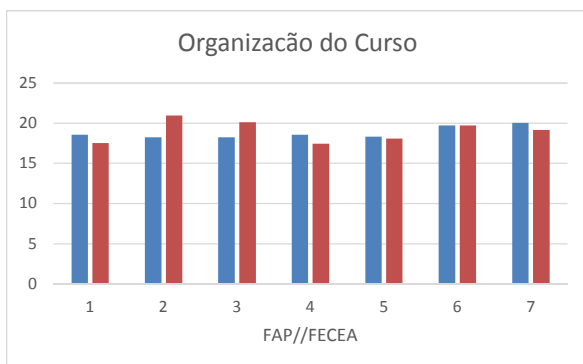
Quadro 17 - Organização do Curso

Nº	Questão
1	O Curso dá abertura para sugestões e opiniões sobre o trabalho que está sendo desenvolvido.
2	Existe um clima de relacionamento amistoso entre professores e coordenadores.
3	Existe respeito às regras, normas e compromissos estabelecidos pelo Curso.
4	O Curso preocupa-se com a qualidade do aluno que está saindo para o mercado de trabalho.
5	O curso compartilha o Projeto Pedagógico com os alunos
6	O curso divulga o regulamento de AAC (Atividade Complementar)
7	O curso divulga o Regulamento de Estágio

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando o gráfico 4, sobre a questão organização de curso, pode-se verificar uma diferença na avaliação das instituições quanto a questão 2.

Gráfico 4 - Organização do Curso



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Comparando-se a questão *Organização do curso*(APÊNDICE D) entre as instituições, tem-se (quadro 18):

Quadro 18 – Organização do curso entre as instituições

	Dif. Posto	p-valor
Grupos (1 e 8) =	61.3671	0.1523
Grupos (2 e 9) =	84.6133	0.0484
Grupos (3 e 10) =	59.9007	0.1623
Grupos (4 e 11) =	50.1157	0.2424
Grupos (5 e 12) =	19.1614	0.6549
Grupos (6 e 13) =	13.2396	0.7575

Grupos (7 e 14) =	42.4792	0.3217
--------------------	---------	--------

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando-se as informações e comparando o *p-valor*, pode-se afirmar que existe uma diferença entre as questões “Existe um clima de relacionamento amistoso entre professores e coordenadores”, grupos (2 e 9). Para as demais questões, não houve diferença significativa.

4.3.2.2 Corpo docente

A categoria Corpo Docente foi composta pelas questões professores, coordenação de curso e direção, sendo representados nos quadros 19 a 24, a seguir.

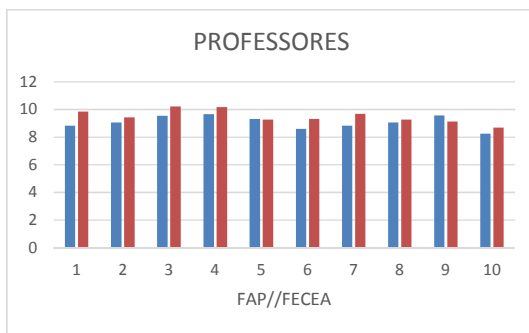
Quadro 19 - Professores

Nº	Questão
1	demonstram domínio teórico sobre o conteúdo.
2	demonstram domínio prático sobre o conteúdo, relacionando-o com a realidade.
3	esclarecem minhas dúvidas.
4	interagem com os alunos.
5	demonstram interesse no meu aprendizado.
6	fornece retorno das atividades realizadas nos prazos previstos.
7	demonstram domínio das tecnologias de informação e comunicação utilizadas no curso.
8	são assíduos e pontuais.
9	estimulam o relacionamento interpessoal.
10	aplicam os recursos didáticos para tornar a aula interessante e participativa.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Construindo o gráfico comparativo para as 10 questões, podemos visualizar que a diferença entre as instituições é insignificativa.

Gráfico 5 - Professores



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2014).

Comparando-se a questão *Professores* (APÊNDICE E), entre as instituições, tem-se (quadro 18):

Quadro 20 – Professores entre as instituições

	Dif. Posto	p-valor
Grupos (1 e 11) =	18.0581	0.7073
Grupos (2 e 12) =	5.4183	0.9103
Grupos (3 e 13) =	49.3468	0.3049
Grupos (4 e 14) =	36.7509	0.4448
Grupos (5 e 15) =	5.6250	0.9069
Grupos (6 e 16) =	51.7004	0.2824
Grupos (7 e 17) =	31.7806	0.4292

Grupos (8 e 18) =	5.0951	0.8991
Grupos (9 e 19) =	43.7758	0.2762
Grupos (10 e 20) =	9.0652	0.8216

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando-se as informações e comparando o *p-valor*, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, não há diferença entre os *Professores*, nas duas instituições.

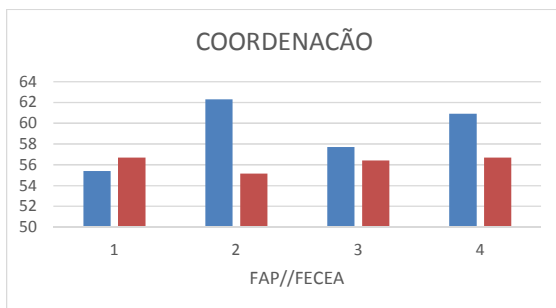
Quadro 21 - Coordenação de Curso

Nº	Questão
1	A coordenação do curso gerencia de modo adequado às diversas demandas dos alunos e do curso.
2	A coordenação informa os acadêmicos sobre eventos na área
3	O coordenador esclarece as dúvidas e soluciona os problemas
4	A coordenação demonstra conhecimento atualizado sobre o curso e a profissão

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Ao analisarmos o gráfico, verifica-se uma diferença na questão 2. Podemos concluir também que há uma melhor avaliação do coordenador de curso da Instituição FAP nas questões 2 e 4, embora nosso teste demonstre que a pesquisa como um todo não tenha uma diferença significativa.

Gráfico 6 – Coordenação



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2014).

Comparando-se a questão *Coordenação de Curso*(APÊNDICE F), entre as instituições, tem-se (quadro 22):

Quadro 22 – Coordenação de Curso entre as instituições

	Dif. Posto	p-valor
Grupos (1 e 5) =	3.3391	0.8916
Grupos (2 e 6) =	61.8051	0.0117
Grupos (3 e 7) =	19.8499	0.4180
Grupos (4 e 8) =	29.0552	0.2358

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Somente a questão “A coordenação informa os acadêmicos sobre eventos na área” Grupos(2,6), apresentaram diferenças significativas.

Aos demais, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, não há diferença entre as *Coordenações do Curso*.

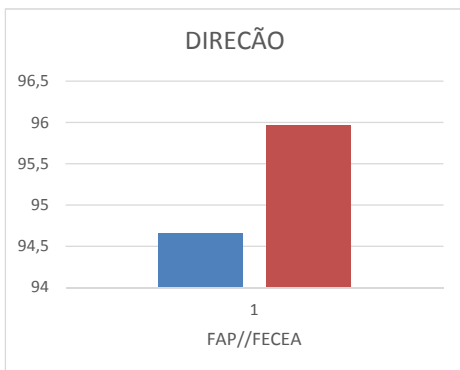
Quadro 23- Direção

Nº	Questão
1	A direção relaciona-se de modo adequado com os Alunos, Professores e Coordenação.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Ao analisarmos o gráfico abaixo constatamos uma diferença que se refere a avaliação da direção na instituição FECEA, porém essa diferença é de apenas 1.5 na escala gráfica, assim podemos concluir que não há diferença significativa entre as instituições.

Gráfico 7 – Direção



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Comparando-se a questão *Direção*, (APÊNDICE G), entre as instituições, tem-se (quadro 24):

Quadro 24 – Direção entre as instituições

p-valor	
Grupos (1 e 2) =	0.9069

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Analisando-se as informações e comparando o *p-valor*, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, não há diferença entre a *Direção*, nasduas instituições.

4.3.2.3 Dimensão Infraestrutura

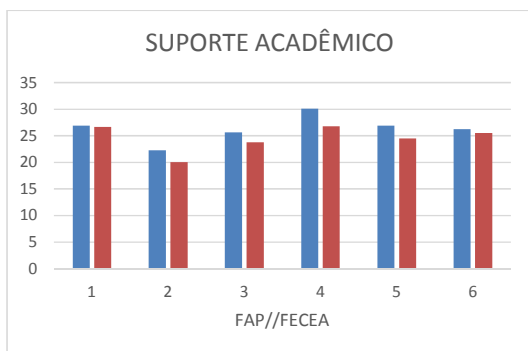
Quadro 25 - Suporte Acadêmico/ Técnico

Nº	Questão
1	O suporte presencial é adequado.
2	Existem treinamentos para capacitar os alunos para o uso dos ambientes de aprendizagem.
3	O atendimento prestado pelos funcionários da Secretaria Acadêmica é eficiente.
4	O atendimento prestado pelos funcionários da Biblioteca é eficiente.
5	O atendimento prestado pelos funcionários do Setor Financeiro é eficiente.
6	Há qualidade dos canais de Comunicação Interna e Externa da IES (sites, e-mails, murais, jornais, revistas, ofícios, portarias, internet e etc.)

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Podemos verificar as informações do suporte acadêmico, através do gráfico abaixo, que sugere uma pequena diferença, apresentando uma melhor avaliação para a instituição FAP.

Gráfico 8 - Suporte Acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Comparando a questão *Suporte Acadêmico Técnico*(APÊNDICE H), entre as instituições, tem-se (quadro 26):

Quadro 26 – Suporte Acadêmico/Técnico entre as instituições

	Posto	Dif. p-valor
Grupos (1 e 7) =	193.6846	< 0.0001
Grupos (2 e 8) =	238.9692	< 0.0001
Grupos (3 e 9) =	226.5923	< 0.0001
Grupos (4 e 10) =	252.2846	< 0.0001
Grupos (5 e 11) =	231.2231	< 0.0001

Grupos (6 e 12) =	176.8923	< 0.0001
--------------------	----------	----------

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Constatou-se que, baseado nesta amostra e com 95% de certeza, as diferenças entre as instituições *não é significativa*, ou seja, existe diferença significativa apenas em relação ao Suporte Técnico Acadêmico (quadro 27).

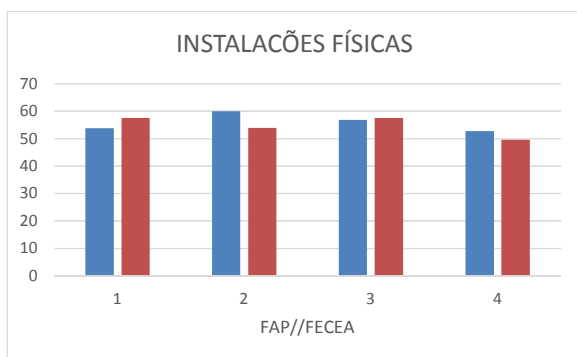
Quadro 27 – Instalações Físicas

Nº	Questão
1	As condições gerais das instalações físicas de salas de aula, biblioteca e ambientes de trabalho e estudo são adequadas para o desenvolvimento das atividades de seu curso.
2	Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes
3	Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes
4	O serviço de apoio técnico da Empresa JR, Laboratório de Informática são adequados ao desenvolvimento das atividades do seu curso

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

De acordo com o gráfico 9, notamos que a avaliação das instalações físicas da instituição FAP apresentou um melhor resultado em relação a instituição FECEA.

Gráfico 9 - Instalações Físicas



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Comparando-se a questão **Instalações Físicas**, (APÊNDICE I), entre as instituições, tem-se:

Quadro 28 – Instalações físicas entre as instituições

	Dif. Posto	p-valor
Grupos (1 e 5) =	33.6960	0.1761
Grupos (2 e 6) =	51.4138	0.0390
Grupos (3 e 7) =	2.4731	0.9209
Grupos (4 e 8) =	25.1774	0.3121

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

Somente a questão “Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes” Grupos (2 e 6)

apresentaram diferenças significativas (quadro 28). Aos demais, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, não há diferença entre as *instalações físicas* (quadro 28).

Como em todas as questões, o p-valor foi maior que 0,05, isso representa que não há diferença entre as instituições (quadro 28).

Ressalta-se, entre as duas instituições de ensino, as principais semelhanças e diferenças no quadro 29:

Quadro 29 - Semelhanças e diferenças entre as duas IES

Instituições	Semelhanças	Diferenças
FAP/FECEA	Sistema de ensino	Participação em atividades acadêmicas
	Professores	Organização de Curso
	Direção	Coordenação de curso
	Instalações físicas	Suporte técnico acadêmico

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral **analisar a percepção dos estudantes do curso graduação de Administração**, de duas instituições, uma pública e outra privada, com relação aos referenciais de qualidade para a educação superior de acordo com SINAES. Para alcançar este objetivo, foram definidos como objetivos específicos: apresentar as dimensões e os critérios estabelecidos pelo SINAES para avaliação de cursos de graduação; descrever a percepção dos estudantes quanto ao corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações físicas; analisar a percepção dos estudantes quanto ao aspecto avaliação do curso, comparando os resultados obtidos entre instituição pública e a privada e sugerir alternativas de ações que visem a contribuir com os gestores para a melhoria da qualidade no ensino das instituições estudadas.

Os resultados desta pesquisa conduzem a um olhar global sobre as instituições envolvidas com o processo, possibilitando a conclusão de que elas beneficiam-se dos resultados das avaliações, uma vez que lhes permite melhorar suas instalações, manter seus laboratórios, mas, sobretudo, pelo retorno no aprendizado resultante do envolvimento do professor e dos alunos com a realidade do mercado, e no incremento da pesquisa, com retornos efetivamente significativamente para as instituições de ensino e a sociedade em geral. Os resultados apurados foram obtidos a partir da aplicação de questionários junto a alunos dos Cursos de Graduação em Administração da Faculdade de Apucarana e da FECEA .

O estudo da qualidade do ensino superior em Administração está em construção, uma vez que ainda se está aprendendo a respeito dos instrumentos avaliativos do ensino superior. As demandas do mercado, as novas tecnologias são fatos que esta pesquisa não encerra. O caminho é longo e sempre deve ser alimentado e realimentado para buscar, cada vez mais, um ensino com qualidade, com apoio das políticas do governo, das empresas e de toda a sociedade.

Entretanto, o conhecimento advindo dos resultados desta pesquisa permitirá a outros pesquisadores alçar vôos mais altos na área de gestão universitária, antes inimaginados. Neste sentido, recomenda-se a ampliação do estudo, especialmente na área da gestão universitária.

Tratando-se de estudo sobre um tema importante no âmbito das organizações educacionais, acredita-se que esta pesquisa tenha oferecido contribuições significantes às Instituições, coordenadores, aos alunos e à sociedade em geral. Para FAP e FECEA foi de extrema importância, porque tais Instituições poderão utilizar-se dos resultados desta pesquisa para desenvolver programas para a melhora da gestão do curso de Administração.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior possuem grande responsabilidade, no que se refere ao fato de serem as provedoras de conhecimento, formação especializada e cidadania. Neste aspecto, os alunos possuem necessidades e expectativas quanto a uma educação de qualidade, que proporcione um crescimento pessoal e profissional.

Desta forma, esta pesquisa identificou a percepção dos alunos dos Cursos de Administração investigados quanto aos Referenciais de Qualidade, mostrando que estes estão satisfeitos com os níveis de qualidade apresentados pelo Curso. Neste contexto, não se verifica

diferença entre as instituições, sendo uma pública e a outra privada, no que se refere à organização didático-pedagógico, corpo docente e infraestrutura.

Desta forma, observa-se que ambas instituições se preocupam com o instrumento norteador da avaliação de curso tanto ao nível de atendimento quanto às diretrizes para a educação superior. Destaca-se, ainda, que o foco de estudo desta pesquisa foi a percepção dos alunos, uma vez que estes são a razão de ser das instituições de ensino.

Esta pesquisa contribuiu para o crescimento intelectual da autora no que diz respeito aos conceitos e instrumentos voltados à avaliação de curso, bem como, da ampliação do leque de possibilidades para a um tese em um futuro doutorado na área de administração.

Quanto às limitações, destaca-se o fato de este trabalho referir a um estudo de caso e que, portanto, não permite que seus resultados sejam generalizados a outras instituições de ensino. Apesar disso, os resultados podem servir de ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas similares em outras IES do Brasil, conforme se comenta no próximo tópico.

5.1 SUGESTÕES DE NOVAS PESQUISAS

Seguem recomendações, considerando-se os resultados da presente pesquisa, pois não se tem interesse em esgotar o tema trabalhado. Essas recomendações não seguem ordem de importância e nem de prioridade, mas representam oportunidades para estudos futuros.

Dessa forma, recomenda-se a realização de novos trabalhos a respeito do tema. Pesquisadores poderiam dedicar, por exemplo, a:

- a) Identificação de indicadores de desempenho para os coordenadores de ensino, com base no estudo das competências;
- b) Ampliar a abrangência da presente pesquisa para outros cursos, como cursos de bacharelado e de licenciatura; e
- c) Realizar um estudo com os gestores dos cursos, a fim de identificar as especificidades da gestão de cursos;
- d) Fazer um estudo semelhante, considerando-se a opinião dos docentes.

Por fim, vale fazer a comparação das percepções com vistas a se construir um cenário mais positivo em relação à aceitação e ao uso dos sistemas de avaliação a que as IES são submetidas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARDIN. **Análise de conteúdo**. Lisboa: STNA, 1994.

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. Campinas: A. Associados, 2001.

BIAZUS, C. A. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSC e na UFPA**: um estudo no curso de Ciências Contábeis. Florianópolis. 2004. 203 folhas Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRASIL. INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: MEC: INEP, 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>
Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012b.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Revogado pelo parecer CNE/CES67, de 11 de março de 2003**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0146.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012c.

_____. Casa Civil. Subchegia para assuntos jurídicos. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 19 mar. 2012d.

CAMPOS, H. **Estatística Experimental não paramétrica**. 4 ed. Piracicaba: FEALQ, 1983. 349p.

COUVRE, M. de L. M. **A Formação e a Ideologia do Administrador de empresa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DUARTE, E. C. V. **O novo desenho da gestão do sistema de educação à distância**. Fortaleza, 2007. 120p. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.unoparvirtual.com.br/mestrado_ead/teses/eliane_cordeiro_vasnconcellos_garcia_duarte.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. de; AMARAL, N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. In: OLIVEIRA, J. F. de; FONSECA, M. (Orgs.). **Avaliação Institucional: sinais e práticas**. São Paulo: Xamã, 2008. p.21-35.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino et al. A contribuição da avaliação *in loco* como fator de consolidação dos princípios estruturantes do SINAES [sic]. **X Coloquio Internacional sobre Gestion Universitaria en Americ del Sur**, Mar Del Prata, 8,9 e 10 de dez. de 2010.

GEPHART JR., Robert P. Qualitative Research and the Academy of Management Journal. From the Editors. **Academy of Management Journal**, v.47, n.4, p.454-462, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Christiane Kleinubing; BALSINI; Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo-Bandeira-de; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Cap.2, p.53-88.

GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo-Bandeira-de; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

JACOBSEN, A. L. **Avaliação institucional em universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EAD**. São Paulo: Pearson, 2007.

MALHOTRA, Naresch K. et al. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Pedro A. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. 2002. 332 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MENDONÇA, Na Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.130-50, maio-ago, 2000.

MORAES, M. **Guia do curso e docência em EAD**: programa aberta-sul. Florianópolis: UFSC/UFSM, 2007.

MOTA, Ronaldo; MARTINS, Rubens de Oliveira. Reflexões sobre o SINAES na perspectiva do SESu/MEC: avaliação, regulação e supervisão. **Revista de Educação**, v. XII, n.13, p. 91-98, 2009.

PAGANO, M.; GAUVREAU, K. **Princípios de Bioestatística**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

PEREIRA, F. C. B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul do Oeste**. 2003. 172. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

POLAK, Ymiracy N. de Souza; DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos G.; ASSIS, Elisa Maria. **Construindo do novo conceito da Gestão de sistemas de educação à distância**. 2008. p.1-10.

Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/6262008111904AM.pdf>>.

Acesso em: 19 mar. 2012.

RETAMAL, Daniela Rodrigues Cunha. **Agestão em curso de educação a distância via internet**: uma visão a partir dos fatores críticos de sucesso. 2009. 180 p. Tese (Doutorado em Informática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18252>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

Código de campo alterado

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como sistema. **RBPB**, Brasília, v.3, n.6, p. 193-213, dez., 2006.

ROBERT, Brian Taylor. **Estatística**. São Paulo: Pearson, 2001.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SABADIA, José Antonio Beltrão. O Papel da Coordenação de Curso – A experiência no ensino de Graduação em Geologia na Universidade Federal do Ceará. **Revista de Geologia**, v.111, p.23-29, 1998. Disponível em: <<http://www.revistadegeologia.ufc.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da nossa época - v. 120).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. São Paulo: MC Graw-Hill, 1975.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN JR., N. John. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2006.

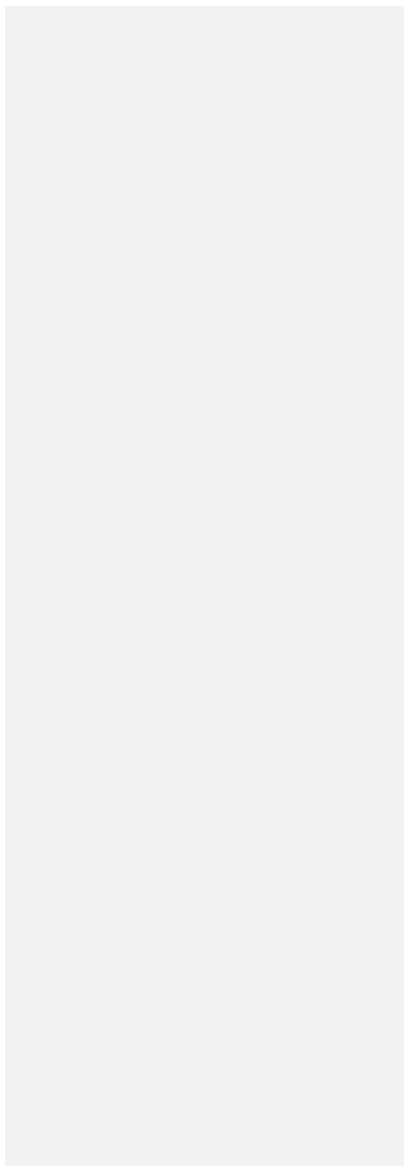
STAKE, R. E. Case study methods in educational research: seeking sweet water. In: JAEGER, R. M. (Ed.). **Complementary methods for research in education**. Washington, DC: AERA, 1988.

TESTA, M. G.; LUCIANO, E.M.; FREITAS, H. Atributos importantes na gestão de programas de educação a distância da internet: a visão dos estudantes. México: XXXVI Asamblea Del Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración, **Anais do Cladea**, 2001. Disponível em: <http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/2001/2001_106_CLADEA.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

THE R PROJECT For Statistical Computing. Disponível em:
<<http://www.r-project.org/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

VIEIRA, S. **Introdução a bioestatística**. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

APÊNDICES



APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Para responder ao questionário, utilize a escala abaixo representada:

1 = Discordo Plenamente, 2 = Discordo em Partes, 3 = Sem Opinião (não sei opinar), 4 = Concordo em Partese 5 = Concordo Plenamente.

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade: _____ anos

1.2 Sexo: () Feminino () Masculino

1.3 Estado Civil:

() Casado(a) () Solteiro(a) () Separado(a)/ desquitado(a)/
divorciado(a)

() Viúvo(a) () Outro

1.4 Quantos filhos você tem?

() Nenhum.

() Um.

() Dois.

() Três.

() Quatro ou mais.

2 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Legenda: 1 = Discordo Plenamente, 2 = Discordo em Partes, 3 = Sem Opinião (não sei opinar), 4 = Concordo em Partese 5 = Concordo Plenamente.

2.1 - Sistema de Ensino

N. o	Questão					
1	A estrutura curricular do curso é adequada àquilo que é requerido pelo mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
2	A avaliação da aprendizagem por meio de provas, acessos aos ambientes de aprendizagem, entre outras formas de avaliação, é desenvolvida de forma apropriada e promove o <i>feedback</i> contínuo.	1	2	3	4	5
3	A IES desenvolve ações efetivas à integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	1	2	3	4	5
4	O curso cumpre o Regimento (normas institucionais que asseguram a boa execução das atividades fins da IES, ou seja, qualidade de Ensino)	1	2	3	4	5
5	O curso proporciona a participação efetiva de representantes dos discentes nos órgãos colegiados	1	2	3	4	5
6	A IES disponibiliza apoio didático-pedagógico	1	2	3	4	5

2.2 - Participação em Atividades Acadêmicas

N. o	Questão					
7	Existe ampla possibilidade de interação com os colegas em atividades acadêmicas.	1	2	3	4	5
8	Existe ampla possibilidade de interação com os colegas em atividades sociais.	1	2	3	4	5
9	A IES proporciona um atendimento a alunos Carentes (políticas próprias de bolsas de estudo, FIES e PRONUI	1	2	3	4	5
10	A IES desenvolve atividades de Responsabilidade Social junto às comunidades carentes	1	2	3	4	5

2.3 - Organização do Curso

N. o	Questão					
11	O Curso dá abertura para sugestões e opiniões sobre o trabalho que está sendo desenvolvido.	1	2	3	4	5
12	Existe um clima de relacionamento amistoso entre professores e coordenadores.	1	2	3	4	5
13	Existe respeito às regras, normas e compromissos	1	2	3	4	5

3	estabelecidos pelo Curso.					
1 4	O Curso preocupa-se com a qualidade do aluno que está saindo para o mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
1 5	O curso compartilha o Projeto Pedagógico com os alunos	1	2	3	4	5
1 6	O curso divulga o regulamento de AAC (Atividade Complementar)	1	2	3	4	5
1 7	O curso divulga o Regulamento de Estágio	1	2	3	4	5

3 - CORPO DOCENTE E COORDENAÇÃO

3.1 - Os professores

Nº	Questão					
1 8	demonstram domínio teórico sobre o conteúdo.	1	2	3	4	5
1 9	demonstram domínio prático sobre o conteúdo, relacionando-o com a realidade.	1	2	3	4	5
2 0	esclarecem minhas dúvidas.	1	2	3	4	5
2 1	interagem com os alunos.	1	2	3	4	5
2 2	demonstram interesse no meu aprendizado.	1	2	3	4	5
2 3	fornecem retorno das atividades realizadas nos prazos previstos.	1	2	3	4	5
2 4	demonstram domínio das tecnologias de informação e comunicação utilizadas no curso.	1	2	3	4	5
2 5	são assíduos e pontuais.	1	2	3	4	5
2 6	estimulam o relacionamento interpessoal.	1	2	3	4	5
2 7	aplicam os recursos didáticos para tornar a aula interessante e participativa	1	2	3	4	5

3.2 - Coordenação de Curso

Nº	Questão					
2	A coordenação do curso gerencia de modo adequado	1	2	3	4	5

8	às diversas demandas dos alunos e do curso.					
29	A coordenação informa os acadêmicos sobre eventos na área	1	2	3	4	5
30	O coordenador esclarece as dúvidas e soluciona os problemas	1	2	3	4	5
31	A coordenação demonstra conhecimento atualizado sobre o curso e a profissão	1	2	3	4	5

3.3 - Direção

N.º	Questão					
32	A direção relaciona-se de modo adequado com os Alunos, Professores e Coordenação	1	2	3	4	5

4 – INFRAESTRUTURA

4.1 - Suporte Acadêmico/ Técnico

N.º	Questão					
33	O suporte presencial é adequado.	1	2	3	4	5
34	Existem treinamentos para capacitar os alunos para o uso dos ambientes de aprendizagem.	1	2	3	4	5
35	O atendimento prestado pelos funcionários da Secretaria Acadêmica é eficiente	1	2	3	4	5
36	O atendimento prestado pelos funcionários da Biblioteca é eficiente	1	2	3	4	5
37	O atendimento prestado pelos funcionários do Setor Financeiro é eficiente	1	2	3	4	5
38	Há qualidade dos canais de Comunicação Interna e Externa da IES (sites, e-mails, murais, jornais, revistas, ofícios, portarias, internet e etc.)	1	2	3	4	5

4.2 – Instalações Físicas

N.º	Questão					
39	As condições gerais das instalações físicas de salas de aula, biblioteca e ambientes de trabalho e estudo	1	2	3	4	5

	são adequadas para o desenvolvimento das atividades de seu curso					
4 0	Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes	1	2	3	4	5
4 1	Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes	1	2	3	4	5
4 2	O serviço de apoio técnico da Empresa JR, Laboratório de Informática são adequados ao desenvolvimento das atividades do seu curso	1	2	3	4	5

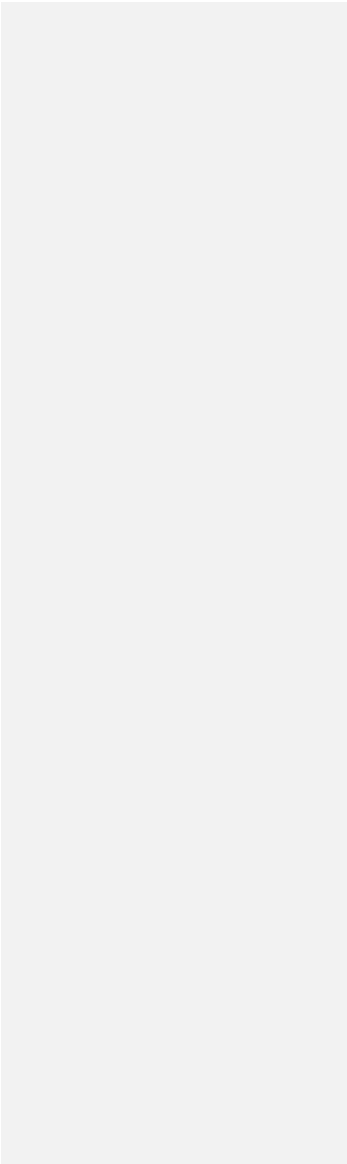
Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

APÊNDICE B - Sistema de ensino

FAP

Q1FA	Q2FA	Q3FA	Q4FA	Q5FA	Q6FA
3	3	2	2	2	2
3	3	3	2	2	2
4	3	3	2	2	2
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	4	3
4	3	3	3	4	4
4	3	3	3	4	4
4	4	3	4	4	4
4	4	3	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
5	4	4	5	4	4
5	4	5	5	5	4
5	5	5	5	5	4
5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5
2	2	3	2	1	3
2	2	3	3	2	3
2	3	3	4	2	3
3	4	3	4	3	3
3	4	4	4	3	3
3	4	4	4	3	3
4	4	4	4	3	4

4	4	4	4	3	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	5	4	4
4	4	4	5	5	4
4	4	4	5	5	4
4	4	4	5	5	4
4	4	4	5	5	4
5	4	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5
1	1	1	1	1	2
1	1	1	1	1	2
1	1	1	1	2	3
1	2	1	2	2	3
2	2	2	2	3	3
3	2	2	3	3	4
3	2	2	3	3	4
3	3	3	3	3	4
3	3	3	3	3	4
4	3	3	3	3	4
4	3	3	4	4	4
4	3	3	4	4	4
4	4	3	4	4	4
4	4	3	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4



4	4	4	4	4	4
5	4	4	4	4	4
5	4	5	5	4	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

FECEA

<i>Q1FE</i>	<i>Q2FE</i>	<i>Q3FE</i>	<i>Q4FE</i>	<i>Q5FE</i>	<i>Q6FE</i>
3	2	3	4	2	2
4	3	3	4	3	3
4	3	3	4	4	4
4	3	3	4	4	4
4	3	3	4	4	4
4	3	3	4	4	4
4	3	4	4	4	4
4	3	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	5	5	4
4	4	4	5	5	6
4	4	5	5	5	6
4	5	5	5	5	6
5	5	5	5	5	6
5	5	5	5	5	6
5	5	5	5	5	6
1	1	1	2	2	1
2	2	2	2	3	2
3	2	2	3	3	3
3	2	2	3	3	3
3	2	2	3	3	3
3	2	2	3	3	3
3	2	3	4	3	4
4	2	3	4	3	4
4	2	3	4	4	4

4	4	3	4	4	4
4	4	3	4	4	4
4	5	3	4	4	4
4	5	3	4	4	4
4	5	4	4	4	4
4	5	4	4	5	4
3	2	2	2	1	2
3	2	2	2	2	2
3	2	3	3	2	2
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	3	3
4	3	3	3	3	3
4	3	3	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4
4	4	4	5	4	4
4	4	4	5	4	4
4	4	5	5	5	4
4	4	5	5	5	4
5	4	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5

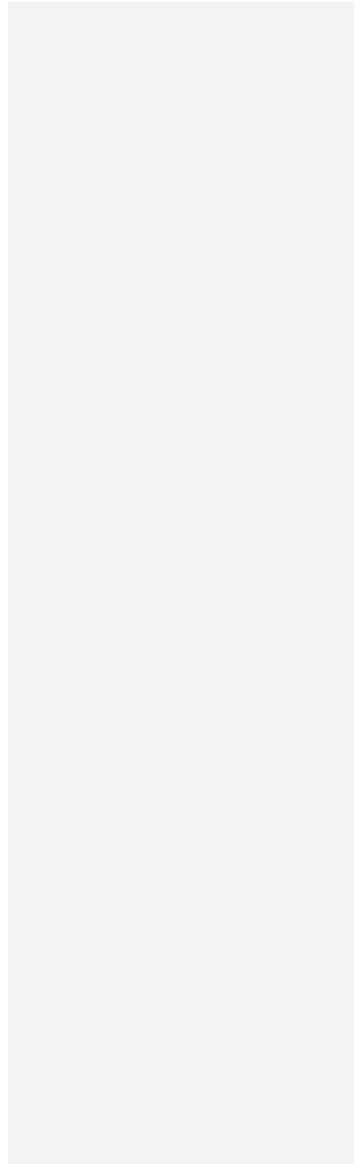
Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

APÊNDICE C - Participação em Atividades Acadêmicas

FAP

Q1FA	Q2FA	Q3FA	Q4FA
2	1	3	2
2	2	4	3
3	2	4	3
3	2	4	3
3	2	4	3
3	2	4	3
3	3	5	3
3	3	5	3
4	3	5	3
4	3	5	4
4	3	5	4
4	3	5	4
4	3	5	4
4	4	5	4
5	4	5	4
5	4	5	4
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
1	1	2	2
2	2	3	2
2	2	3	3
3	2	4	3
3	2	4	3
4	3	4	3
4	4	4	3

4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	5	4
5	4	5	4
5	4	5	5
5	4	5	5
5	4	5	5
5	4	5	5
5	4	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
2	1	2	2
3	2	2	2
3	2	4	3
3	3	4	3
3	3	4	3
3	3	4	3
4	3	4	3
4	3	4	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
4	4	5	4
5	4	5	5
5	5	5	5



5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5

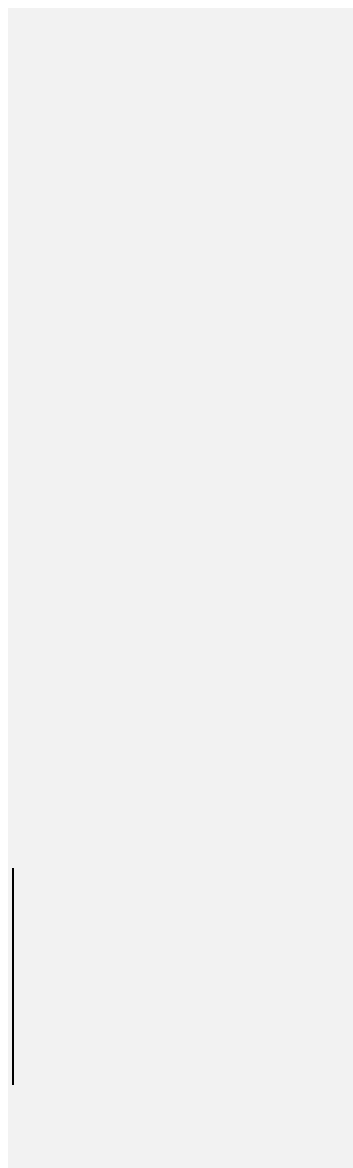
Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

FECEA

<i>Q1FE</i>	<i>Q2FE</i>	<i>Q3FE</i>	<i>Q4FE</i>
2	2	2	2
2	2	2	2
3	2	3	2
3	3	3	3
3	3	3	3
4	3	3	3
4	3	4	3
4	3	4	3
4	4	4	3
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
5	4	5	4
5	5	5	4
5	5	5	4
5	5	5	5
1	1	1	1
2	2	1	1
2	2	2	2
2	3	3	2
4	3	3	3
4	3	3	3
4	3	3	3
4	4	3	3
4	4	3	3

4	4	3	3
4	4	3	3
4	4	3	3
5	4	3	4
5	4	4	4
5	5	4	4
2	1	2	1
2	2	3	2
2	2	3	3
2	2	3	3
3	3	3	3
4	3	4	3
4	3	4	3
4	3	4	3
4	3	4	3
4	4	4	3
4	4	4	3
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
5	4	5	4
5	4	5	4
5	5	5	4

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

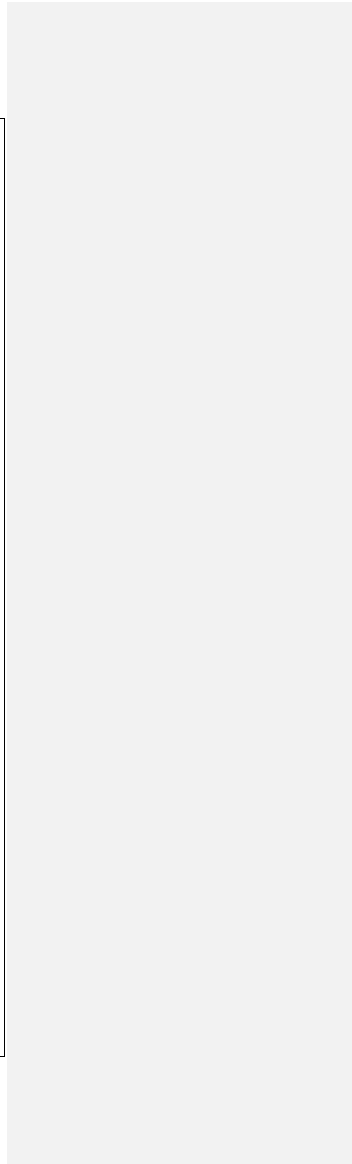


APÊNDICE D - Organização do curso

FAP

Q1FA	Q2FA	Q3FA	Q4FA	Q5FA	Q6FA	Q7FA
1	1	2	2	1	1	1
1	2	2	2	2	1	1
2	2	2	2	2	2	2
2	2	2	2	2	2	2
2	3	2	3	2	2	3
3	3	2	3	3	4	3
3	3	3	3	3	4	3
4	4	3	3	3	4	4
4	4	3	4	3	4	4
4	4	4	4	3	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	5	4	4	4	4	4
4	5	5	4	4	4	4
5	5	5	4	4	5	4
5	5	5	4	5	5	4
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
2	1	2	1	1	1	1
2	2	2	1	2	2	2
2	2	3	3	3	3	4
3	3	3	3	3	3	4
4	3	4	3	3	3	4

4	3	4	3	3	3	4
4	4	4	4	3	3	4
4	4	4	4	4	3	5
4	4	4	4	4	4	5
4	4	4	4	4	4	5
4	4	4	4	4	4	5
4	4	4	4	4	4	5
5	4	4	4	4	4	5
5	4	4	5	4	4	5
5	5	4	5	4	5	5
5	5	5	5	4	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
1	1	1	1	1	3	1
1	1	2	1	2	4	2
2	2	2	2	3	4	3
2	2	2	2	3	4	3
2	2	3	3	3	4	4
2	2	3	3	3	4	4
3	2	3	3	3	4	4
3	2	3	4	3	4	4
4	3	3	4	4	4	4
4	4	3	4	4	4	4
4	4	3	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	5	5
4	4	4	4	4	5	5



4	4	4	4	5	5	5
4	4	4	5	5	5	5
5	5	4	5	5	5	5
5	5	4	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

FECEA

<i>Q1FE</i>	<i>Q2FE</i>	<i>Q3FE</i>	<i>Q4FE</i>	<i>Q5FE</i>	<i>Q6FE</i>	<i>Q7FE</i>
2	3	2	3	2	2	2
3	3	2	3	3	3	2
3	3	3	3	3	3	3
3	3	3	3	3	3	3
3	4	3	3	4	3	4
3	4	3	4	4	4	4
3	4	4	4	4	4	4
3	4	4	4	4	4	4
4	5	4	4	4	4	4
4	5	4	5	4	4	4
4	5	5	5	4	4	5
4	5	5	5	4	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
1	2	2	1	2	1	1
1	3	3	1	2	1	2
2	3	3	2	2	2	2
2	4	4	2	2	3	2
2	4	4	2	3	3	2
3	4	4	3	3	4	3
3	4	4	3	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	5
4	5	4	4	4	4	5
4	5	5	4	4	5	5

4	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5
1	2	4	1	1	3	1
2	4	4	2	2	4	2
3	4	4	2	2	4	3
3	4	4	2	3	4	3
4	4	4	2	3	4	4
4	4	4	3	3	4	4
4	4	4	3	3	4	4
4	4	4	3	3	4	4
4	4	4	4	4	4	4
4	5	4	4	4	4	4
4	5	4	4	4	5	5
4	5	4	4	4	5	5
4	5	5	4	4	5	5
4	5	5	4	5	5	5
5	5	5	4	5	5	5
5	5	5	4	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

APÊNDICE E – Professores

FAP

<i>Q1F</i>	<i>Q2F</i>	<i>Q3F</i>	<i>Q4F</i>	<i>Q5F</i>	<i>Q6F</i>	<i>Q7F</i>	<i>Q8F</i>	<i>Q9F</i>	<i>Q10F</i>
<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>	<i>A</i>
1	2	2	2	2	1	0	2	2	1
2	2	2	2	2	2	2	2	2	1
2	2	3	2	2	2	2	2	2	1
2	2	3	2	2	2	3	2	3	2
2	2	3	2	2	2	3	3	3	2
2	3	4	2	3	2	3	4	4	2
3	3	4	3	4	2	3	4	4	2
3	4	4	3	4	3	4	4	4	3
3	4	4	4	4	3	4	4	4	3
4	4	4	4	4	3	4	4	4	3
4	4	4	4	4	3	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	5	5	4	4	4	4	4
4	4	5	5	5	4	4	4	4	4
4	4	5	5	5	5	5	4	5	5
4	4	5	5	5	5	5	5	5	5
4	5	5	5	5	5	5	5	5	5
4	5	5	5	5	5	5	5	5	5
	5	5		5	5	5	5	5	5
2	2	2	3	2	1	1	1	2	1
3	2	2	3	3	1	2	2	2	1
3	2	3	4	3	2	2	2	3	2
4	2	3	4	4	3	2	2	3	2

4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	5	5	4	5	4	5	4
4	4	5	5	5	4	5	4	5	4
4	4	5	5	5	5	5	5	5	4
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

FECEA

<i>Q1F</i> <i>E</i>	<i>Q2F</i> <i>E</i>	<i>Q3F</i> <i>E</i>	<i>Q4F</i> <i>E</i>	<i>Q5F</i> <i>E</i>	<i>Q6F</i> <i>E</i>	<i>Q7F</i> <i>E</i>	<i>Q8F</i> <i>E</i>	<i>Q9FE</i>	<i>Q10F</i> <i>E</i>
3	3	3	3	2	2	3	1	2	2
3	3	3	3	3	3	3	2	3	3
3	3	3	3	3	3	3	2	3	3
4	4	4	4	3	3	3	3	3	3
4	4	4	4	4	3	4	3	4	3
4	4	4	4	4	4	4	3	4	3
4	4	4	4	4	4	4	3	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	5	5	4	4	4	4
4	4	4	5	5	5	4	4	4	4
5	5	4	5	5	5	4	4	5	4
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
2	2	3	2	1	1	2	3	1	2
2	2	4	2	2	2	2	3	2	2
3	2	4	4	2	2	2	4	2	2
4	3	4	4	3	2	3	4	2	2

4	3	4	4	4	3	4	4	3	3
4	3	4	4	4	4	4	4	3	3
4	4	4	4	4	4	4	4	3	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	5	5	4	4	4	4	4	4
4	4	5	5	5	4	5	5	5	4
5	5	5	5	5	4	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
2	2	3	3	1	1	2	2	2	2
3	2	3	3	2	3	3	2	3	2
4	3	3	3	2	4	3	3	3	2
4	3	4	3	3	4	3	3	3	2
4	4	4	4	3	4	4	3	3	3
4	4	4	4	3	4	4	3	3	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	5	5	4	4	5	4	4	4
4	4	5	5	4	4	5	4	4	4
5	4	5	5	4	4	5	4	4	4
5	5	5	5	4	5	5	5	4	4
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

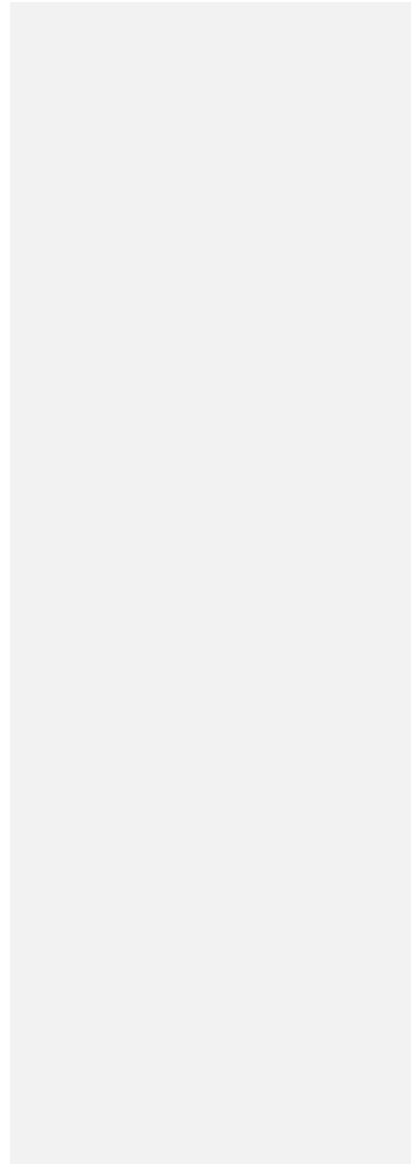
Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

APÊNDICE F - Coordenações de Curso

FAP

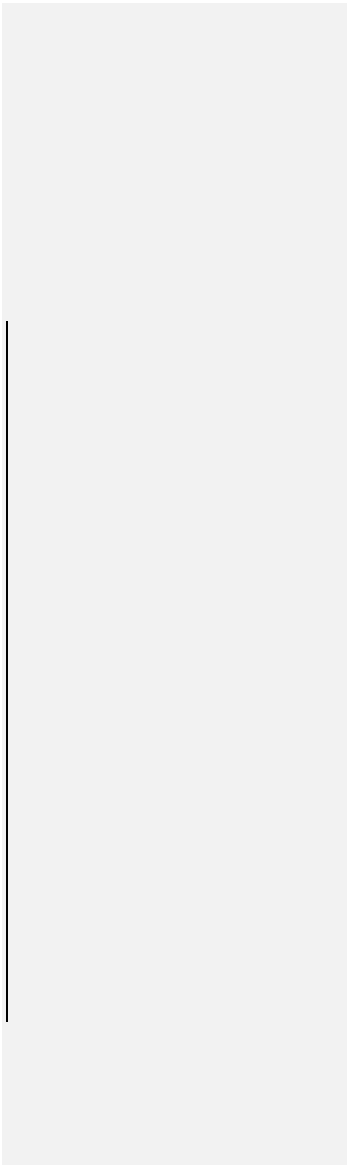
Q1FA	Q2FA	Q3FA	Q4FA
1	1	1	2
2	2	2	3
2	2	2	3
2	2	2	3
2	3	2	3
3	3	2	3
3	4	3	4
3	4	3	4
3	4	4	4
3	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	5	4	5
4	5	5	5
4	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
3	3	3	2
3	4	4	3
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4

4	4	4	4
4	5	4	4
4	5	4	4
4	5	4	4
4	5	4	4
4	5	5	5
4	5	5	5
4	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
1	1	1	1
1	2	2	2
1	4	2	3
2	4	3	4
3	4	3	4
3	4	3	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	5	4	4
4	5	4	4
4	5	4	4
4	5	4	5
4	5	4	5
4	5	4	5
5	5	5	5



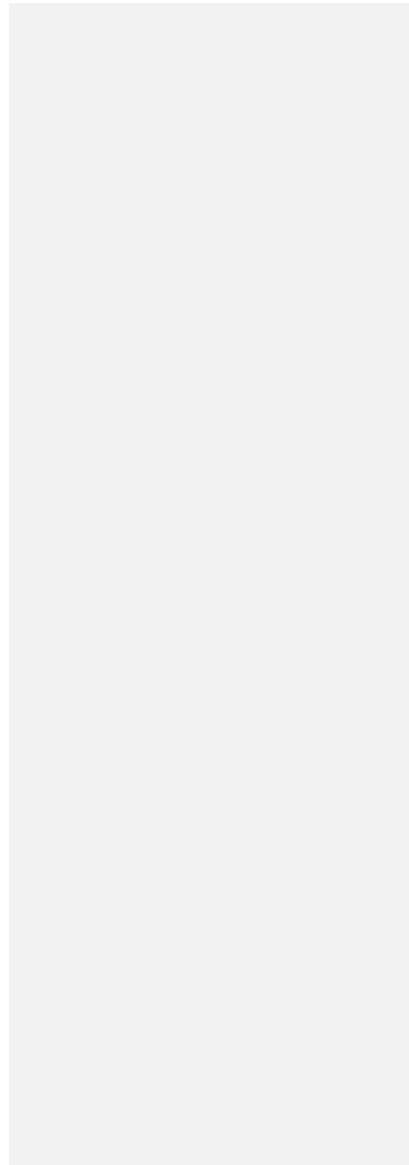
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).



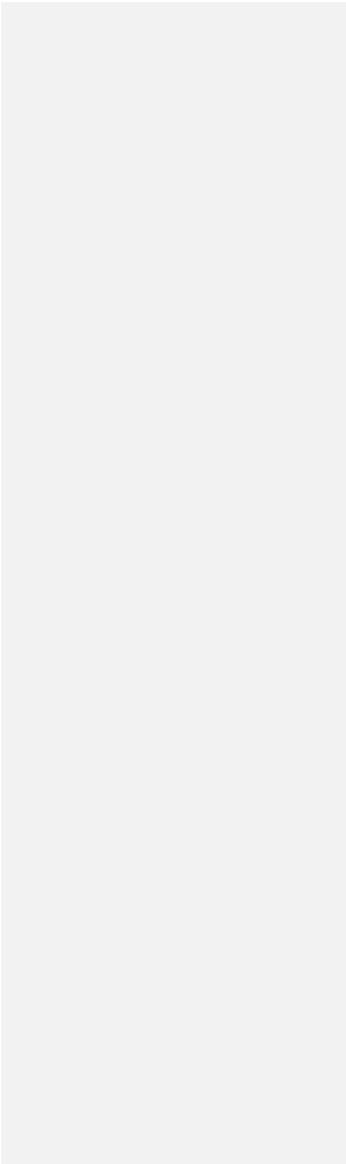
FECEA

Q1FE	Q2FE	Q3FE	Q4FE
1	2	1	1
3	2	2	2
3	2	2	2
3	3	3	3
3	3	3	3
3	3	3	3
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	5
4	5	4	5
4	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
1	1	2	1
2	1	2	1
3	1	2	2
3	1	3	3
4	2	4	3
4	3	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	5



4	5	4	5
4	5	5	5
5	5	5	5
3	3	2	2
3	4	4	3
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
4	4	4	4
5	4	4	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5
5	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

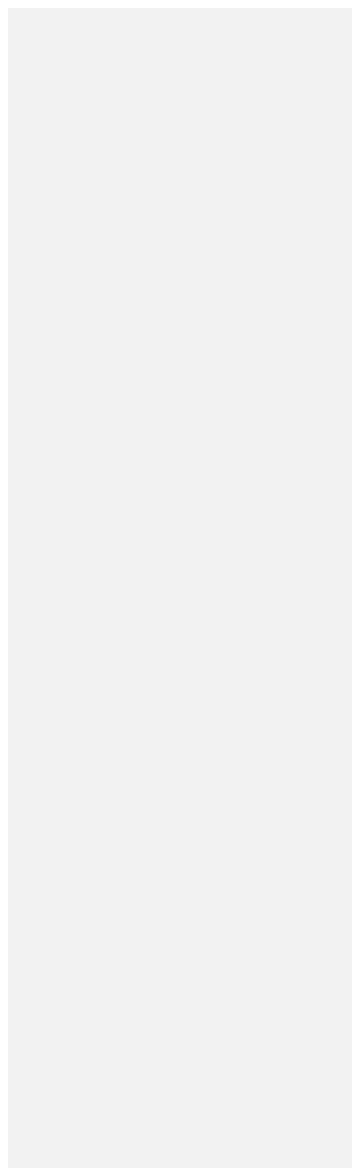


APÊNDICE G – Direção

Q1FA	Q1FE
1	1
2	3
2	3
3	3
3	3
3	3
3	4
4	4
4	4
4	4
4	4
4	4
4	5
4	5
4	5
4	5
4	1
4	1
4	2
4	2
2	3
3	3
3	3
3	3
3	3
4	4

4
4
4
4
4
4
4
4
4
4
5
5
5
5
1
1
2
2
2
2
2
2
3
3
3
3
3
3
3
4
4
4
4
4
4
5

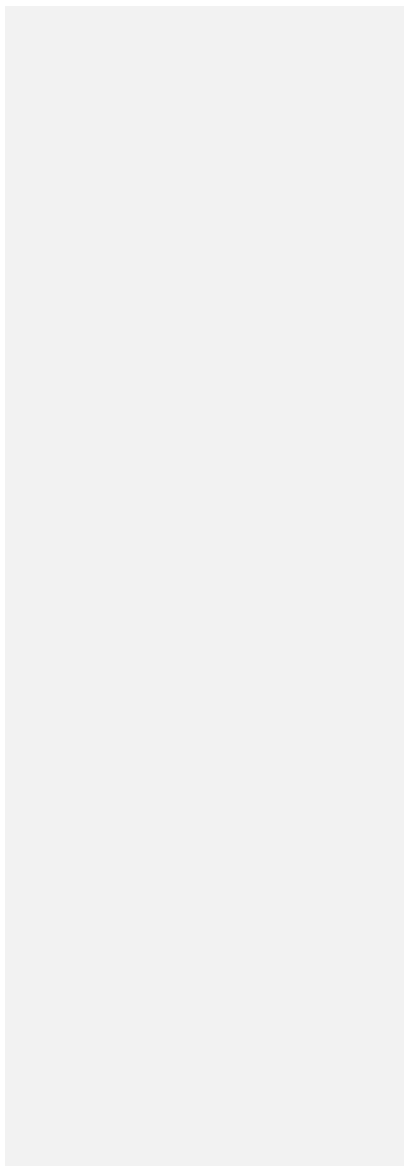
4
4
4
4
4
5
2
3
3
3
3
4
4
4
4
4
4
4
4
4
4
5
5



146

5
5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).



APÊNDICE H - Suporte Acadêmico Técnico

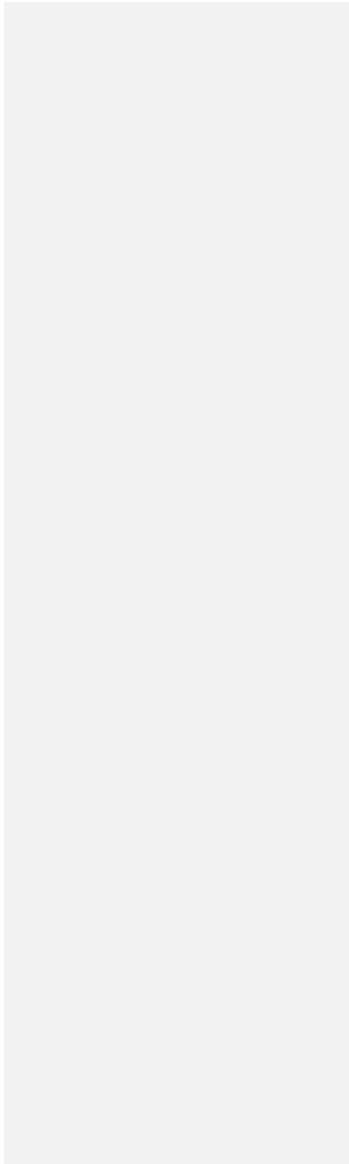
SUPPORTE ACADEMICO											
QJFA	QJFA	QJFA	QJFA	QJFA	QJFA	QJFE	QJFE	QJFE	QJFE	QJFE	
1	1	1	2	1	1	3	2	2	3	2	3
2	1	1	2	2	1	3	3	3	3	3	3
2	2	2	3	2	2	3	3	3	3	3	3
2	2	2	4	3	2	4	3	3	4	3	3
3	2	3	4	3	2	4	3	3	4	3	3
3	2	3	4	4	2	4	3	3	4	3	4
4	2	4	4	4	3	4	3	3	4	4	4
4	3	4	4	4	3	4	3	3	4	4	4
4	3	4	4	4	4	4	3	3	5	4	4
4	3	4	4	4	4	4	3	3	5	4	4
4	3	4	4	4	4	4	4	4	5	4	5
4	3	4	5	4	4	4	4	4	5	5	5
4	4	4	5	4	4	5	5	5	5	5	5
4	4	4	5	4	4	5	5	5	5	5	5
5	4	4	5	5	4	5	5	5	5	5	5
5	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5
5	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5
5	4	5	5	5	5	3	1	2	2	3	2
5	4	5	5	5	5	3	1	2	2	3	2
5	4	5	5	5	5	3	1	2	2	3	2
5	4	5	5	5	5	3	2	3	2	3	2
5	5	5	5	5	5	4	2	3	3	3	2
3	2	2	2	1	3	4	2	3	4	3	3
4	2	2	4	1	3	4	2	3	4	3	3
4	3	2	4	3	4	4	2	3	4	3	4
4	3	2	4	3	4	4	2	4	4	3	4
4	3	3	4	3	4	4	2	4	4	3	4
4	3	3	4	3	4	4	3	4	4	4	4
4	3	4	4	3	4	4	3	4	4	4	4
4	3	4	4	3	4	4	3	4	4	4	4
4	4	3	5	4	4	5	3	4	4	4	4
4	4	4	5	4	4	5	3	4	4	4	4
4	4	4	5	4	4	5	4	4	5	5	5
4	4	4	5	4	4	5	4	4	5	4	4
4	4	4	5	4	4	5	3	1	3	3	3
5	4	4	5	4	4	3	2	3	3	3	3
5	4	4	5	4	4	3	2	3	4	3	4
5	4	4	5	4	5	3	2	3	4	3	4
5	4	4	5	4	5	4	3	4	4	3	4
5	4	4	5	4	5	4	3	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	4	3	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	4	3	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4
2	2	1	2	3	2	4	4	4	5	4	4
2	2	3	3	3	3	5	4	4	5	4	4
2	2	3	3	3	3	5	4	4	5	4	5
3	2	3	3	3	3	5	4	4	5	5	5
3	2	3	4	3	3	5	5	5	5	5	5
3	2	3	4	3	3	5	5	5	5	5	5
3	2	3	4	3	3						
3	2	4	4	4	3						
4	3	4	4	4	4						
4	3	4	4	4	4						
4	3	4	4	4	4						
4	3	4	5	4	4						
4	3	4	5	5	4						
4	4	4	5	5	4						
4	4	4	5	5	4						
5	4	5	5	5	4						
5	4	5	5	5	5						
5	5	5	5	5	5						
5	5	5	5	5	5						

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).

APÊNDICE I - Instalações físicas

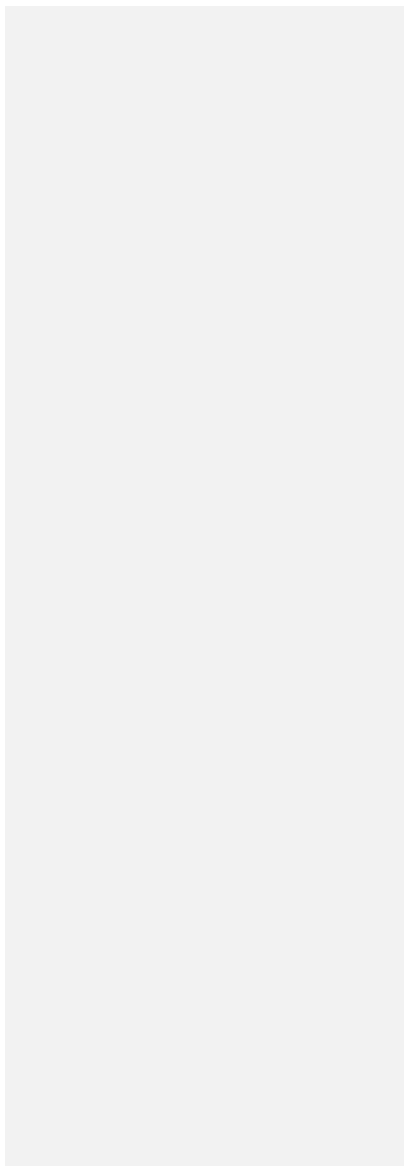
INSTALACOES FISICAS							
Q1FA	Q2FA	Q3FA	Q4FA	Q1FE	Q2FE	Q3FE	Q4FE
2	2	1	1	1	2	2	1
3	2	2	1	1	2	3	2
3	3	2	2	3	2	3	2
3	3	2	2	3	2	3	2
4	3	2	2	3	3	3	3
4	3	3	2	4	3	3	3
4	3	3	2	4	3	4	4
4	4	3	2	4	3	4	4
4	4	3	2	4	4	4	4
4	4	3	3	4	4	4	4
4	4	3	3	4	4	4	4
4	4	4	4	4	4	4	4
4	4	4	4	4	5	4	4
4	5	4	4	5	5	4	4
5	5	4	4	5	5	4	4
5	5	5	4	5	5	5	4
5	5	5	4	5	5	5	5
5	5	5	4	5	5	5	5
5	5	5	4	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5
5	5	5	5	5	5	5	5
1	1	2	1	1	1	1	1
2	1	3	2	2	1	2	1
2	3	3	2	2	2	3	2
2	4	3	2	2	3	3	2
2	4	3	3	2	3	3	3
2	4	3	3	2	3	3	3

2	4	4	4	3	3	4	3
2	4	4	4	4	3	4	3
2	4	4	4	4	3	4	3
2	4	4	4	4	4	4	3
2	4	4	4	4	4	4	3
2	4	4	4	4	4	4	3
3	4	4	4	5	4	4	3
3	4	4	4	5	4	4	3
3	4	5	4	5	4	4	4
3	4	5	4	1	2	1	1
3	5	5	5	2	2	2	1
3	5	5	5	3	2	2	1
3	5	5	5	3	2	3	2
3	5	5	5	4	3	3	2
3	5	5	5	4	3	4	2
2	1	1	2	4	3	4	3
2	2	2	2	4	3	4	3
2	2	2	2	4	3	4	3
3	3	2	2	4	4	4	4
3	3	2	2	4	4	4	4
4	3	3	2	4	4	4	4
4	3	3	3	4	4	4	4
4	4	3	3	4	4	4	4
4	4	4	3	4	4	4	4
4	4	4	3	4	4	4	4
4	4	4	3	5	4	5	4
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				
4	4	4	4				

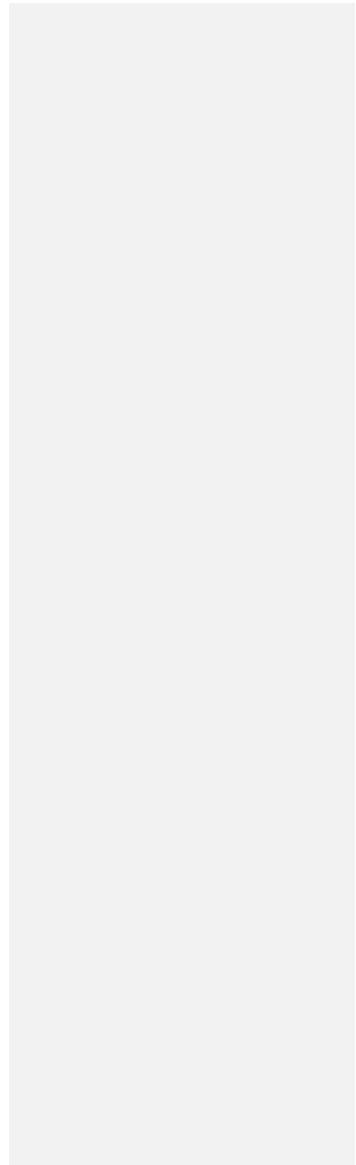


5	4	4	4
5	5	4	4
5	5	4	5
5	5	5	5

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (2014).



ANEXOS



ANEXO A – Relação de Alunos FAP

Turma		Alunos		SE-Situação Escolar								Sexo		Tipo Matrícula			Turno	
		PM	TE	DS	CL	FL	DM	TR	Outros	Total	Masc	Fem	Antigo	Novos	Rapel	Manhã	Tarde	Noite
BACHA	turna - NOVA	48	-	-	-	-	-	-	-	48	20	28	48	-	-	-	-	48
BACHA	turna - NOVA	47	-	-	-	-	-	-	-	47	20	27	47	-	-	-	-	47
BACHA	turna - NOVA	42	-	-	-	-	-	-	-	42	24	18	42	-	-	-	-	42
Total		137	-	-	-	-	-	-	-	137	71	66	137	-	-	-	-	137

Legenda	TE - Transferência Externa	CL - Cancelado	IN - Devolução de Matrícula
	DS - Desistente	FL - Falecido	TR - Trancado
	Outros: TC - Transferência de Curso; NM - Não Matriculado; AF - Antecipação Financeira		

Fonte: FAP (2014).

ANEXO B – Total de Alunos Matriculados em 2014

Total de alunos matriculados em 2014			
SÉRIE	CURSO	TURNO	MATRÍCULAS REGULARES
1ª	Administração	Diurno	37
1ª	Administração A	Noturno	47
1ª	Administração B	Noturno	43
1ª	Ciência da Computação	Integral	39
1ª	Ciências Contábeis	Diurno	58
1ª	Ciências Contábeis	Noturno	47
1ª	Ciências Econômicas	Noturno	48
1ª	Serviço Social	Noturno	51
1ª	Secretariado Executivo Trilíngue	Noturno	40
1ª	Turismo	Noturno	22
1ª	Matemática	Noturno	54
1ª	Pedagogia	Noturno	42
1ª	Letras/Inglês	Noturno	14
1ª	Letras/Português	Noturno	35
1ª	Letras/Espanhol	Noturno	19
TOTAL			596
2ª	Administração	Diurno	42
2ª	Ciências Contábeis	Diurno	21
2ª	Ciências Contábeis	Noturno	44
2ª	Ciências Econômicas	Noturno	52
2ª	Ciência da Computação	Integral	19
2ª	Administração A	Noturno	38
2ª	Administração B	Noturno	34
2ª	Matemática	Noturno	36
2ª	Secretariado Executivo Trilíngue	Noturno	27
2ª	Turismo	Noturno	16
2ª	Serviço Social	Noturno	54
2ª	Pedagogia	Noturno	44
2ª	Letras-Português	Noturno	31
2ª	Letras- Inglês	Noturno	19
2ª	Letras-Espanhol	Noturno	13
TOTAL			490
3ª	Administração	Diurno	14
3ª	Administração A	Noturno	27

3ª	Administração B	Noturno	39
3ª	Ciências Contábeis	Diurno	19
3ª	Ciências Contábeis	Noturno	47
3ª	Ciências Econômicas	Noturno	42
3ª	Secretariado Executivo Trilíngue	Noturno	34
3ª	Serviço Social	Noturno	47
3ª	Turismo	Noturno	23
3ª	Matemática	Noturno	18
TOTAL			310
4ª	Administração	Diurno	21
4ª	Administração A	Noturno	40
4ª	Administração B	Noturno	59
4ª	Ciências Contábeis	Noturno	59
4ª	Ciências Contábeis	Diurno	22
4ª	Ciências Econômicas	Noturno	47
4ª	Secretariado Executivo Trilíngue	Noturno	25
4ª	Serviço Social	Noturno	45

Fonte: FECEA (2014).

ANEXO C – Linhas de Comando

LINHAS DE COMANDO

```
rm(list=ls())  
setwd("C:/Users/Windows 8/Desktop")  
dis<-read.table("Fimtrab.csv",header=T,sep=";")  
dis  
kruskal.test(dis$Q1,dis$Q1.1)
```